

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

MAYARA VIEIRA DE SOUZA

**A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA NA PERSPECTIVA DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA POR MORADIA**

**CURITIBA
2017**

MAYARA VIEIRA DE SOUZA

**A FUNÇÃO SOCIAL DA PROPRIEDADE URBANA NA PERSPECTIVA DOS
MOVIMENTOS SOCIAIS DE LUTA POR MORADIA**

Dissertação apresentada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Políticas Públicas, no Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, da Universidade Federal do Paraná.

Orientador: Prof. Dr. José Ricardo Vargas de Faria.

**CURITIBA
2017**



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
Setor CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
Programa de Pós Graduação em POLÍTICAS PÚBLICAS
Código CAPES: 40001016076P0


TERMO DE APROVAÇÃO

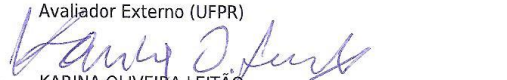
Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em POLÍTICAS PÚBLICAS da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **MAYARA VIEIRA SOUZA**, intitulada: "**A Função Social da Propriedade Urbana na Perspectiva dos Movimentos Sociais de Luta por Moradia**" , após terem inquirido a aluna e realizado a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua Aprovação.

Curitiba, 20 de Fevereiro de 2017.

JOSÉ RICARDO VARGAS DE FARIA
Presidente da Banca Examinadora (UFPR)


DANIELE REGINA PONTES
Avaliador Externo (UFPR)


DANILO VOLOCHKO
Avaliador Externo (UFPR)


KARINA OLIVEIRA LEITÃO
Avaliador Externo (USP)

AGRADECIMENTOS

Lista do coração!

Ao meu orientador, José Ricardo Vargas de Faria, pelo suporte no desenvolvimento deste trabalho, pelas inúmeras reflexões e por todo conhecimento compartilhado. E por ter se tornado um grande amigo ao longo deste processo.

Aos meus professores, que foram e são peças fundamentais na minha formação.

Aos servidores técnicos administrativos do 4P, pelo suporte e apoio essencial, especialmente, ao Marcos e à Ester.

À Gislene, à Mariana e à Elena, pela oportunidade em ensinar e aprender.

Aos meus amigos do 4P, pela convivência, pelas discussões, risadas e aflições compartilhadas.

À Letícia e ao Matheus, por todo apoio e carinho! (Vocês foram incríveis!)

Aos camaradas dos movimentos, por reforçarem a convicção de que somente a luta muda a vida.

Ao B.B.C, por serem tão presentes mesmo com a distância.

À Margarita, ao Lucas e à Kamille, pelo convívio e amor diário.

Aos meus amigos lençoenses, pelo amor em cada retorno. E aos amigos curitibanos, pelo amor em cada chegada.

À minha família. Especialmente à minha avó Maria, pelo cuidado, amor e pelos bolos que adoçam a vida e à minha prima Annye, por ser minha prima do peito!

Ao meu irmão, Matheus, por ser o meu melhor amigo.

Aos meus pais, Rosa e Joaquim, por serem meus grandes exemplos. Por sempre me incentivarem e acreditarem nas escolhas que fiz!

E se não resistir e desocupar.

Entregar tudo pra eles então.

O que será?

Criolo.

RESUMO

Do ideário do Movimento Nacional da Reforma Urbana, até os movimentos sociais de luta por moradia, encontrados na atualidade, a função social da propriedade, é elemento presente tanto nas práticas políticas quanto nos discursos construídos por esses atores coletivos. Este trabalho, portanto, não se trata de um debate em torno da função social da propriedade e as suas implicações jurídicas, este trabalho é em torno de como a categoria é significada pelos movimentos. Ou, em outras palavras, este trabalho busca compreender como a função social da propriedade é construída e significada nas práticas políticas desses atores coletivos e como e quando ela é mobilizada no discurso e para quem este é dirigido, se tornando significativa para esses movimentos na reivindicação de suas demandas. Tendo como campo de pesquisa Curitiba, cidade que sob a insígnia de modelo de planejamento, obscurece a problemática habitacional e esconde as profundas desigualdades sociais consolidadas no espaço urbano, recortamos três dos principais movimentos (Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLM), União por Moradia Popular (UMP-PR) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST-PR)) que – apesar da forte ligação a movimentos de atuação nacional – atuam na cidade. Desta forma observamos: (i) quais os contextos e períodos que os movimentos se formam em Curitiba; (ii) a ocupação como ação política que incide diretamente no espaço urbano; (iii) o discurso como elemento de construção das reivindicações dos movimentos sociais. Através da observação e reflexão sobre estes três pontos, a partir de entrevistas com militantes e análise de documentos produzidos pelos movimentos, buscamos compreender em quais momentos e sobre quais condições a função social emerge na luta desses atores coletivos. Constata-se que apesar dos diferentes objetos de luta, os movimentos aqui analisados encontram no vazio o não cumprimento da função social e que a categoria é mobilizada nos discursos ao Estado e ao núcleo jurídico.

Palavras Chave: Função social da propriedade urbana; práticas políticas; discurso; movimentos sociais; moradia.

ABSTRACT

From the ideology of the National Urban Reform Movement, to the social movements of struggle for housing, currently found, the social function of property is an element that is present both in political practices and in the discourses constructed by these collective actors. This work, therefore, is not about a debate about the social function of property and its legal implications, this work is about how the category is significant and signified by the movements. Or, in other words, this work seeks to understand how the social function of property is constructed and signified in the political practices of these collective actors and when it is mobilized in the discourse and to whom it is directed, becoming significant for these movements in the claim of their Demands. Having as a research field Curitiba, a city that under the guise of a planning model, obscures the housing problem and hides the deep social inequalities consolidated in the urban space. We cut three of the main movements (National Movement for Struggle for Housing (MNLN), Union for People's Housing (UMP-PR) and Movement of the Homeless Workers (MTST-PR) that - despite strong links to national movements - work in Curitiba. In this way we observe: (i) the contexts and periods that the movements are formed in Curitiba; (ii) occupation as a political action that directly affects the urban space; (iii) discourse as an element of construction of the demands of social movements. Through observation and reflection on these three points, we seek to understand in what moments and on what conditions the social function emerges in the struggle of these collective actors.

Keywords: Social function of urban property; Political practices; Discourse.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 -	Campanha em defesa da função social.....	49
FIGURA 2 -	Fachada do prédio do INSS.....	52
FIGURA 3	Cartaz do projeto de Aluguel social.....	55

LISTA DE SIGLAS

BNH -	Banco Nacional de Habitação
COHAPAR -	Companhia de Habitação do Paraná
CEBs -	Comunidades Eclesiais de Base
CEFURIA -	Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo
FAMOPAR -	Federação das Associações de Bairro do Paraná
FNRU -	Fórum Nacional da Reforma Urbana
FRU -	Frente de Resistência Urbana
MAB -	Movimento de Associações de Bairro de Curitiba e Região de Metropolitana
MNLM -	Movimento Nacional de Luta por Moradia
MNRU -	Movimento Nacional da Reforma Urbana
MPM -	Movimento Popular por Moradia
MTST -	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
MTST – PR -	Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto Paraná
PAIH -	Plano de Ação Imediato para Habitação
RACI – PDP -	Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação de Planos Diretores Participativos
SFH -	Sistema Financeiro de Habitação
UMM – SP -	União de Movimento de Moradia de São Paulo e do Interior
UMP – PR -	União por Moradia Popular do Paraná
UNMP -	União Nacional por Moradia Popular

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. A LUTA POR MORADIA E A FORMAÇÃO DOS MOVIMENTOS EM DIFERENTES CONTEXTOS.....	17
2.1. O MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA POR MORADIA NO PARANÁ E A REIVINDICAÇÃO PELA FUNÇÃO SOCIAL	19
2.2. A UNIÃO POR MORADIA POPULAR E O SISTEMA FINANCEIRO DEHABITAÇÃO.....	27
2.3 O MTST-PR E A FORMAÇÃO A PARTIR DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO PARTIDÁRIA.....	34
3. OCUPAR E EXISTIR	41
4. NÓS, VÓS, ELES. À QUEM SE DIRIGE O DISCURSO DOS MOVIMENTOS? ..	56
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS.....	71
ANEXOS	75

1. INTRODUÇÃO

“Este imóvel não cumpre a sua função social”, “a área estava abandonada e não cumpria a sua função social”, “reivindicamos que este espaço cumpra a sua função social”. A motivação para este trabalho surge da observação recorrente da utilização das frases acima, nos discursos e ações políticas realizadas pelos movimentos sociais de luta por moradia. Seja como forma de reivindicação, de legitimação ou de questionamento do direito à propriedade privada, a categoria frequentemente emerge de maneira heterogênea nas práticas políticas e nos discursos dos movimentos sociais. Entendemos, portanto, que há, entre tantas, pelo menos duas concepções em torno da função social da propriedade que são relevantes para esse trabalho: como categoria jurídica significada pelo discurso técnico-legal e como categoria significada pelos movimentos sociais no contexto de suas lutas.

Como categoria jurídica, a função social trata da predominância de interesses públicos sobre interesses privados. Em relação à propriedade urbana, essa categoria se faz presente dentro do arcabouço legal desde a Constituição Federal de 1988, onde a sua definição e os aspectos que determinam o seu cumprimento são submetidos e delimitados pelo Plano Diretor. Neste sentido, difere da função social da propriedade rural, uma vez que na Constituição há para esta, a definição constitucional dos critérios que determinam o seu cumprimento.

Com a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001, aumentou-se a expectativa sobre a possibilidade de intervenção pública no espaço urbano a partir dos novos planos diretores. Porém, o que se observa é que a construção da categoria da função social da propriedade urbana feita a partir do plano ainda tem caráter normativo e ainda há uma dificuldade de regulamentação dos instrumentos que possibilitariam a aplicabilidade do mesmo.

Na pesquisa realizada pela Rede de Avaliação e Capacitação para a Implementação de Planos Diretores Participativos (RACI-PDP), a partir da leitura de relatórios estaduais e estudos de caso, constatou-se que a maioria dos planos contem aspectos que remetem à função social da propriedade. Observou-se, que frequentemente as referências associadas à função social contidas nos planos remetem as noções de “*garantia do direito à terra urbana e moradia*” (OLIVEIRA;

BIASOTTO, 2011, pg.61). Porém, os relatórios demonstram que ao longo dos planos, os instrumentos de política urbana, que garantiriam a aplicabilidade da função social da propriedade se orientam para outras finalidades. De acordo com Oliveira e Biasotto (2011, pg. 61), há um “*esvaziamento ou banalização do conceito*”, uma vez que os planos não definem com precisão a categoria e nem avançam nos dispositivos que efetivem a sua aplicação.

Há que salientar a diferença entre a construção e delimitação da categoria encontrada na Constituição e concepção evidenciada no ideário do Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU). A Emenda Popular apresentada pelo MNRU durante a Assembleia Nacional Constituinte, pautava-se na definição de princípios dos direitos urbanos, que de acordo com Cardoso (2003, p.31), buscavam “*uma maior regulação da ação dos capitais privados no urbano*” expressando-se “*principalmente através da ideia de limitação ao direito de propriedade*”, com o intuito de reverter o agravamento das disparidades sociais e econômicas. E embora, como demonstra Bassul (2004, p.66), a Emenda fizesse menção aos “planos de uso e ocupação do solo”, a expressão “plano diretor” não se encontrava no corpo do documento, uma vez que ainda havia uma forte ligação aos planos diretores de caráter tecnocrático produzidos durante o período militar, que eram repudiados pelos setores ligados à reforma urbana. Ainda segundo Mattos (2003, p. 104-114), haja vista que o plano diretor se trata de um instrumento de política urbana, a função social da propriedade deveria ser garantida mesmo perante a inexistência do plano diretor.

Após a promulgação da Constituição e do estabelecimento final da vinculação da função social ao plano diretor, os esforços do MNRU se concentraram em torno da elaboração da norma federal imposta pela Constituição (que se concretiza com a aprovação do Estatuto da Cidade em 2001) e das leis orgânicas municipais.

Porém, apesar da inserção da função social da propriedade na Constituição Federal de 1988 e a posterior aprovação dos instrumentos para sua implementação no Estatuto da Cidade em 2001, os problemas urbanos e as disparidades sociais econômicas, que possuem como cerne a propriedade privada, ainda se fazem presentes na atualidade. (FARIA, 2012)

A partir da dificuldade no provimento habitacional para a população de baixa renda, a espoliação e a segregação urbana, os movimentos sociais de luta por moradia, concentram suas ações e seus discursos na luta pela reforma urbana, pelo

direito à cidade e pela moradia. Porto (2001, p.197) assinala que todo “movimento é, em rigor, uma mudança do lugar social”, considerando o foco do nosso trabalho, observa-se que os movimentos aqui estudados, deslocam a discussão da função social do campo jurídico, mobilizando-a em suas práticas políticas e discursos com o intuito de não somente trazer a luz as suas reivindicações, mas, também, como forma de legitimar suas ações. Desta forma, como descreve Tapia (2008, p.56), os movimentos sociais não possuem um local específico para fazer política. Partindo de um núcleo de constituição de sujeitos, os movimentos começam a transitar e a politizar os espaços sociais com as suas críticas, demandas, discursos e projetos. Ou seja, tendo em vista a dificuldade de entrada nos “lugares da política e da justiça”, os movimentos deslocam uma categoria jurídica, significando-a em outro espaço de discussão.

Em um cenário de negação de direitos, as ocupações organizadas por movimentos sociais com vistas a garantir o direito à moradia problematizam a propriedade privada. A ideia de função social da propriedade se apresenta como possível solução jurídico-política para superação das contradições entre a garantia da propriedade e a concretização da justiça social em solo urbano. A atualidade da questão pode ser observada pelo lançamento da campanha “Função Social da Propriedade Urbana: a cidade não é um negócio, a cidade é de todos nós”, em 03 de agosto de 2016, pelo Fórum Nacional de Reforma Urbana e entidades filiadas. As pautas reivindicadas pelo Fórum, resumidas aqui de maneira sintética, tratam de: (i) combate aos vazios urbanos; (ii) destinação de áreas públicas para usos que favoreçam a coletividade; (iii) combate a qualquer forma de despejo e garantia do direito à moradia; (iv) reconhecimento pelo poder público da propriedade coletiva¹; (v) criação de instâncias de mediação de conflitos.

Desta forma, esta pesquisa se justifica como tema atual e relevante dentro do cenário, pois assinala tanto que a função social da propriedade ainda é elemento reivindicatório dos movimentos sociais, como concebe que a categoria é particularmente, mobilizada, concebida e discursada pelos movimentos sociais. Considerando ainda que a construção da categoria é baseada em reivindicações e demandas de uma população que historicamente teve seus direitos urbanos e

¹ Para o FNRU, partindo da luta das coletividades, a propriedade coletiva possibilitaria o direito à posse e à moradia a todas as pessoas integrantes dessas coletividades.

sociais negados, este trabalho oferece, também, aos formuladores de políticas públicas um retrato da realidade a partir das demandas sociais.

São analisados, portanto, o Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN), a União por Moradia Popular (UMP-PR) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto do Paraná (MTST-PR), com o objetivo de compreender como estes atores coletivos mobilizam a função social em suas práticas políticas e também para quem e quando a categoria emerge em seus discursos. Desta forma o trabalho busca responder: (i) em quais contextos e períodos se formaram os movimentos? (ii) como a função social da propriedade é mobilizada nas ocupações promovidas pelos movimentos? (iii) quando e para quem a função social da propriedade emerge na construção discursiva desses movimentos?

O trabalho então é dividido em três partes, que buscam analisar a formação, a prática política e o discurso. No primeiro capítulo, os movimentos são analisados separadamente. A escolha por esta opção deve-se aos diferentes contextos históricos, políticos e sociais nos quais se formam os movimentos em Curitiba. Considerando, ainda, que os movimentos sociais estudados têm atuação nacional, a opção metodológica deriva da concepção que as construções heterogêneas dos objetos de luta não se conformam somente a partir das problemáticas encontradas no município, mas também de discussões externas, como é o caso da função social da propriedade. Como por exemplo, o MNLN, que tem a sua formação em Curitiba, durante um período de grande discussão a nível nacional da função social da propriedade, a incorporação da categoria no discurso sobre os elementos fundantes do movimento no município, deriva da ligação dos militantes à estas discussões externas. Neste contexto o resgate histórico foi desenvolvido com base em entrevistas semiestruturadas e abertas, com lideranças de cada movimento. Há de se salientar, que somente o MTST-PR não teve nenhum de seus militantes entrevistados, em decorrência das intensas mobilizações políticas desenvolvidas pelo movimento no período de entrevistas deste trabalho. As análises em torno do MTST-PR foram feitas com bases em entrevistas disponíveis em mídias sociais independentes, pelas páginas do movimento e também por vídeos disponibilizados pelo próprio movimento. A análise do MNLN e da UMP-PR contou com entrevistas de lideranças que foram citadas e indicadas por militantes de cada movimento. Também foram utilizadas outras fontes, como folhetos, sites, reportagens e

entrevistas concedidas a jornais e mídias independentes. Apesar do foco na formação dos movimentos em Curitiba, também foram consultados os sites, reportagens, teses, entrevistas e vídeos dos movimentos em nível nacional, para compreender as relações entre os movimentos. Também foi utilizada a revisão bibliográfica tanto em torno da função dos movimentos, quanto sobre o processo de construção do espaço urbano, buscando compreender as continuidades e rupturas em torno da questão. O intuito deste capítulo é observar se há entre os elementos fundantes dos movimentos a presença da função social da propriedade.

O segundo capítulo trata da ocupação, que é uma das práticas políticas utilizadas pelos movimentos e que tanto questiona o direito à propriedade, como imprime no espaço os problemas habitacionais. O título “Ocupar e existir”, parafraseando a frase tão utilizada pelos movimentos, busca demonstrar como a ação é frequentemente utilizada como forma de demonstrar, pressionar ou sensibilizar o Estado em torno de demandas que historicamente foram reprimidas ou obscurecidas, trata-se da demarcação simbólica da existência. É uma forma de demonstrar a existência do problema habitacional e reivindicar soluções para tal. O capítulo apresenta uma breve revisão bibliográfica sobre o tema, procurando destacar as principais ocupações de cada movimento e como elas se conformam de acordo com o repertório de ação promovidos pelos diferentes atores coletivos. Através das entrevistas submetidas aos militantes, são destacados os trechos que tratam da ocupação, procurando observar e destacar o surgimento da função social e como ela é mobilizada e construída a partir da prática política.

No último capítulo, a questão central é a quem se dirige o discurso dos movimentos sociais e em quais momentos a função social é acionada. Para isso, utilizamos como subsídios, a metodologia de análise de discurso desenvolvida por Orlandi (2003). A autora constrói o quadro teórico da Análise de Discurso, partindo do princípio de que “nem todo discurso é visto como uma liberdade em ato, totalmente sem condicionantes linguísticos ou determinações históricas, nem a língua como totalmente fechada em si mesma, sem falhas ou equívocos.” (ORLANDI, 2003, p.21). Ou seja, o discurso é fruto da história, das subjetividades e das ideologias. Entre os elementos que produzem os discursos, utilizamos o interdiscurso e o intradiscurso para compreender em quais momentos os movimentos mobilizam o uso da função social da propriedade. Esta adoção

metodológica, deriva da separação entre o interdiscurso como elemento de constituição da memória e do esquecimento dos discursos e do intradiscurso como o que é falado neste momento. Desta forma é possível observar como que a função social é construída na memória e nos esquecimentos dos movimentos e em quais momentos e para quem ela é acionada através do intradiscurso. Também são utilizados elementos das formações imaginárias como a antecipação e as relações de força, para analisar o discurso feito pelos movimentos sociais, pois desta maneira se abre a possibilidade de compreender, diretamente a quem se destina o discurso dos movimentos sociais. Para análise, são utilizados os trechos das entrevistas feitos com os militantes e os vídeos institucionais feitos pelos movimentos.

É através deste processo: história, ocupação e discurso, que se abre a possibilidade de compreender como a função social é significada para estes movimentos e a constituição do discurso. Desta forma, este processo nos permite também observar as riquezas e a amplitude da categoria para a luta dos movimentos sociais de luta por moradia e traz à luz suas demandas e reivindicações.

2. A LUTA POR MORADIA E A FORMAÇÃO DOS MOVIMENTOS EM DIFERENTES CONTEXTOS.

O resgate histórico sobre a formação do Movimento Nacional de Luta por Moradia Paraná (MNLMP-PR), da União por Moradia Popular (UMP-PR) e do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto do Paraná (MTST-PR), possui uma dupla relevância para o desenvolvimento deste trabalho. Primeiramente, porque este resgate nos permite pontuar na história os diferentes tipos de Estado e conseqüentemente tanto o cenário político e as políticas habitacionais existentes e também, porque nos permite observar e compreender as transformações e as permanências em torno das reivindicações, ações e discursos dos movimentos sociais.

Sobre as diferentes composições de Estado e a implicação sobre os movimentos sociais ou as ações coletivas, Tarrow (2009, p.80) resgata Tocqueville (1955), um dos primeiros autores a teorizar sobre o assunto. De acordo com o autor, as diferentes composições de Estado ofereceram estruturas de oportunidades díspares para os movimentos sociais. Desta forma, o autor exemplifica, que em

Estados mais centralizados visualiza-se um esvaziamento no diálogo com grupos intermediários, desencorajando a participação institucional e gerando confrontos violentos. Em contraposição em Estados aonde se visualiza a participação popular nas instituições, há uma diluição dos confrontos e o “florescimento da democracia” (TARROW, 2009, p.81).

Para Lefebvre (1969), em determinadas conjunturas políticas surgem vazios que oferecem condições e oportunidades para que atores coletivos tornem-se ativos e efetivos nas lutas sociais. A leitura sobre o vazio surge a partir da análise sobre o movimento de maio de 1968, feita pelo autor, aonde se descreve que o aparecimento de movimentos e eventos contestatórios acontece a partir de um vazio político e ideológico que o Estado constrói em torno de si. Este vazio, portanto, se concentra entre o campo político e o campo da sociedade civil, submetendo, dentro de uma sociedade não-política, atores coletivos e individuais à passividade.

Resguardada as devidas diferenças teóricas entre os dois autores, a análise sobre as diferentes oportunidades oferecidas a partir de variações na estrutura do Estado e os vazios que surgem nessas conjunturas, nos oferecerem um ponto de partida para a compreensão a respeito do cenário político encontrado na formação dos movimentos e as implicações destes fatores nas reivindicações iniciais e atuais destes atores coletivos.

Entre as reivindicações, destaca-se a moradia, que também assume diferentes significados, pois apesar de estarem presentes nos nomes e nas bandeiras de lutas dos movimentos analisados, produz objetos reivindicatórios diferentes, tanto pela relação dos movimentos locais e nacionais, quanto pelos diferentes contextos de formação. Sendo a historicidade um dos elementos que compõe o discurso, e, portanto, base fundamental para a análise do mesmo, o resgate histórico é peça importante para a compreensão de como a função social da propriedade é discursada pelos movimentos sociais. Considerando que, assim como assinala Orlandi (2003), o discurso não é somente a transmissão de uma mensagem entre emissor e receptor, mas sim, “o funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados ela língua e pela história”, a função social discursada pelos movimentos envolve processos de reconhecimentos dos atores e de construção da realidade e das subjetividades coletivas.

2.1. O MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA POR MORADIA NO PARANÁ E A REIVINDICAÇÃO PELA FUNÇÃO SOCIAL

Para compreender a formação do Movimento Nacional de Luta por Moradia em Curitiba em 1992, é necessário compreender as inúmeras transformações sociais, políticas e econômicas que aconteceram em um cenário internacional, nacional e local a partir da década de 1970².

No cenário internacional, a crise do fordismo em países industrializados da América do Norte, Europa Ocidental e Ásia, aliado com a redução do poder norte-americano frente a regulamentação do sistema financeiro, provocou uma mudança no modo de acumulação capitalista mundial. (HARVEY,1992). Em busca de vantagens operacionais (como menor custo de mão de obra) e expansão de mercado, grandes multinacionais se instalaram na América Latina.

No Brasil, inicia-se um novo ciclo de industrialização, também influenciado pelas políticas setoriais implementadas pelo Estado, que visavam principalmente a criação de uma conjuntura favorável à produção capitalista. Segundo Bernardes (1986, p.86), a política de desenvolvimento industrial desvinculada com a preocupação em torno do impacto da implantação das indústrias, acarretou no crescimento das desigualdades sociais inter e intra-regionais. Os focos de urbanização acompanharam a implantação das novas indústrias e novas ocupações ilegais se aglutinaram nos arredores dos parques industriais.

Ainda, de acordo com Bernardes (1986, p. 86), para além da política de desenvolvimento industrial, outras políticas setoriais como a de apoio à indústria automobilística e a política tributária, em diferentes instâncias, também incidiram negativamente sobre o espaço urbano. Como exemplo, destaca-se a política de apoio à indústria automobilística, que afetou a circulação e os transportes coletivos das grandes cidades, principal meio de locomoção utilizado pela classe trabalhadora.

No Paraná, Silva (2012, p. 33-34) descreve que a dispersão de indústrias dinâmicas no território nacional, aliada ao crescimento do setor de serviços e a mecanização da agricultura, influenciam na substituição progressiva do setor

² Esse recorte é feito a partir da entrevista realizada com o militante do MNLM, Entrevistado 01, entrevistado no dia 17 de novembro de 2016, que ao ser questionado sobre o contexto em que foi formado o movimento, lembrou que as bases para o movimento são fruto do processo “de êxodo rural ocorrido a partir da década de 70, da falta de moradia e políticas públicas.”.

primário (que até a década de 70, sustentava a economia paranaense) e no desenvolvimento da indústria moderna e dinâmica. Especialmente nos municípios de Curitiba e Araucária, o processo de dispersão industrial do sudeste brasileiro, promoveu a concentração de novos estabelecimentos na região metropolitana de Curitiba, conferindo à região um novo perfil industrial.

Além deste cenário, Silva (2012, p.34) assinala que a mecanização do solo junto a devastação de cafezais decorrente de uma forte geada ocorrida em 1975, promoveu um grande processo de migração rural para Curitiba e cidades ao redor.

Em Curitiba inicia-se um forte processo de urbanização e de crescimento populacional, com grande parte desse contingente fixando-se na região sul do município. O crescimento do número de domicílios em favela passa a ser o principal problema habitacional do município. De acordo com Albuquerque (2007, p. 116), entre 1971 e 1979, o número de domicílios irregulares saltou de 2.213 para 6.067. O município registrou uma taxa de 13,44% domicílios irregulares ao ano, o dobro do índice de crescimento até então registrado.

Cabe salientar, que o problema habitacional não era consequência única e exclusiva da migração ou do crescimento populacional. Segundo Bertol (2013, p.28), a exemplo do que aconteceu em São Paulo, a rápida evolução de domicílios irregulares também derivava da crescente pauperização da população. Como destaca Oliveira (2006, p.68), “a industrialização [brasileira] estava se fazendo com base na autoconstrução como um modo de rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho”. Ou seja, o Brasil necessitava criar a sua periferia para atender a industrialização.

Curitiba, porém, apresentava uma particularidade nesse processo: o obscurecimento da problemática habitacional e a utilização do planejamento na construção ideológica de cidade modelo. A espinha dorsal da política habitacional curitibana, eram ações voltadas a remoções de favela. Em um breve levantamento sobre as principais ações tomadas para o enfrentamento do problema ao longo da década de 70, encontram-se o Plano de Desfavelamento e a extinção da favela do Capanema, com a remoção de 2.236 domicílios. (ALBUQUERQUE, 2007, p.116).

O Plano de Desfavelamento, instituído em 31 de maio de 1976, durante a gestão do prefeito Saul Raiz (1975-1979), possuía como objetivos principais: (i) erradicação das favelas, mediante a mudança das famílias para casas a serem construídas em locais fixados pela Prefeitura; (ii) adaptação das famílias ao seu

novo meio ambiente, educando-as para a sua integração social. (PLANO DE DESFAVELAMENTO, 1976)

Para Polli e Gusso (2013, p.06), os objetivos refletiam o posicionamento hostil, discriminatório e disciplinador que a gestão possuía, "sobretudo, em relação às populações de baixa renda que migravam para Curitiba."

Em contraposição, apesar da rápida evolução dos domicílios irregulares, no mesmo período se iniciou um grande processo de transformações na paisagem urbana de Curitiba, com o intuito de imprimir a ideologia imagética de "cidade modelo". Nesse sentido, as principais intervenções urbanísticas naquele momento, foram o calçamento da Rua XV e a implantação dos Parques Barigui e São Lourenço.

O planejamento urbano curitibano era pautado por grandes investimentos em urbanização em áreas centrais, onde havia o maior número de proprietários. De um modo geral os investimentos em áreas centrais eram impulsionados a partir das grandes pressões políticas exercidas por parte dos investidores privados, que se encontravam à espera do aumento da valorização imobiliária. Como afirmam Moura e Kornin (2009, p.19), o crescimento das ocupações irregulares em áreas periféricas da cidade, tiveram como efeito indutor o modelo de planejamento urbano implementado em Curitiba. Com a cristalização do modelo e o "mercado imobiliário a seu favor, esse planejamento induziu o crescimento da ocupação para áreas periféricas internas e principalmente externas aos seus limites administrativos." (MOURA; KORNIN, 2009. p.19)

De acordo com Polli e Gusso (2013, p. 05), nesse período, em decorrência das violentas ações de remoção promovidos pela prefeitura municipal, diferentes organizações e grupos se mobilizaram com o intuito de contrapor estes processos. A partir de 1977, formam-se as associações de bairro, em ordem: a de Vila Formosa e posteriormente as associações de Vila Maria e Vila Nossa Senhora da Luz. Segundo Tonella (2010, p.244), apesar da mobilização pouco intensa, a formação das associações teve grande relevância no movimento popular, uma vez que seus estatutos foram base para as entidades formadas entre 1978 e 1979, principalmente na região sul do município.

Neves (2006) descreve que as mobilizações seguiam em duas vertentes, "(...) as associações de bairros vinculadas ao Conselho dos Representantes das Associações de Moradores de Bairro e de Amigos de Vilas e Jardins de Curitiba e

das Associações de Bairros vinculadas às Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)”. (NEVES, 2006, p.59). Para além da questão da moradia, esses atores coletivos passam a se mobilizar, também, em torno de outras lutas (transporte coletivo, saneamento, equipamentos urbanos e a carestia).

Em 1980, os movimentos promovem uma grande mudança organizacional, através da fundação do Conselho de Representantes, fruto da unificação das lutas das primeiras associações formadas em Curitiba. Polli e Gusso (2013, p.06) assinalam que esta mudança, em grande parte foi incentivada pela divulgação e implementação da Carta Favela, feita pelo então prefeito Jaime Lerner (1979-1982) em seu segundo mandato.

A Carta demonstrava uma visível mudança na postura e no discurso do governo em relação à produção irregular de domicílios. Nela as ações de remoção deixam de ser o fio condutor das políticas habitacionais, para dar espaço à urbanização. Segundo Albuquerque (2007, p.79), o conteúdo da carta alvitava a urbanização de favelas, encontradas em terrenos públicos ou privados, desde que atendessem a determinados critérios. Dentre eles, às áreas deveriam oferecer condições de salubridades e, em terrenos particulares, a área deveria apresentar um preço viável. A subjetividade do texto, derivando da não definição dos termos salubridade e preço viável, resultavam em um controverso processo das ações da Prefeitura Municipal.

Para as famílias moradoras de terrenos classificados como insalubres, seriam ofertadas “a oportunidade de aquisição de unidades em programas especiais da COHAB” (Carta da Favela apud. ALBUQUERQUE 2007). Diante dessa oportunidade a Prefeitura não seria obrigada a implementar programas de melhorias nas áreas e as famílias que tivessem adquirido terreno próprio teriam a construção financiada pela COHAB.

Neste cenário, portanto, os diferentes atores coletivos, como acima citados, passam a se articular através de mutirões para a construção de casas, promover ocupações e a organizar encontros regionais entre as associações de bairros. A Carta da Favela foi rejeitada durante a realização do I Encontro de Bairros e Favelas, que foi promovido pelo Conselho de Representantes, com a participação de 35 associações de bairro.

Em 1982, duas novas entidades na luta por moradia, se formaram em Curitiba, a União Geral dos Moradores de Bairros, Vilas e Jardins de Curitiba e o

Movimento de Associações de Bairro de Curitiba e Região de Metropolitana – MAB. A fundação do MAB deriva da criação do Centro de Formação Urbano Rural Irmã Araújo (CEFURIA), que através da educação popular, trabalhou junto a grupos ligados ao CEBs. A entidade tinha como propósito inicial a articulação das lutas ocorridas em diferentes regiões da cidade. (POLLI, GUSSO, 2013; TONELLA, 2010). Em 1983, foi promovido o II Encontro de Bairros de Curitiba, com a participação de 79 associações de moradia.

Essas diversas mudanças tiveram impacto sobre a ação dos movimentos e provocaram a fragmentação interna nas lutas. De acordo com Garcia (1990, p.122), as “associações do MAB acreditavam que não deviam misturar assuntos referentes à associação de moradores e questões relativas a partidos políticos ou religião”. Essa postura, deriva das posições autonomistas que balizavam os discursos e as práticas sociais dos movimentos.

Em contraposição à gestão de Jaime Lerner, as gestões de Maurício Fruet (1983-1986) e Roberto Requião (1986 – 1989), facilitaram o diálogo com os movimentos sociais, promovendo relações, relativamente, mais democráticas. E foi no decorrer deste processo que se formaram as bases para uma das maiores ocupações de Curitiba no período, o Xapinhal, em 1988.

Destaca-se que apesar da ocupação do Xapinhal ter ocorrido em 09 de outubro de 1988, a sua articulação tem início dois anos antes em 1986. Fruto da articulação e mobilização de 16 associações de bairro, o movimento tinha como objetivo principal a resolução da falta de moradia nos bairros do Xaxim, Pinheirinho, Sítio Cercado e Alto Boqueirão. Como destaca Tonella (2010, p.245), a região, recheada de vazios urbanos, possuía cerca de 1.000 hectares e a grande parte da população vivia em cortiços de periferia. Desta forma, ao longo destes dois anos, através de um núcleo básico, que se confunde e entrelaça com a Comunidade Eclesial de Base, foram realizadas reuniões periódicas. Até que na madrugada do dia 09 de outubro de 1988, um grupo de cerca de 400 famílias ocupação uma área particular na região do Boqueirão.

Contudo, apesar do longo período de preparação, o fluxo de famílias na ocupação aumentou de maneira desenfreada, chegando à cerca de 10.000 pessoas ocupando uma área de aproximadamente 441.000 m², em, apenas, 10 dias após o início da ocupação. (TONELLA,2010.) Neste momento, um ponto importante para a coesão interna do grupo resultou da Coordenação do Acampamento do Xapinhal,

com um total de 54 membros aonde as decisões passaram a serem tomadas de maneira democrática a partir de assembleias gerais.

Em uma reportagem realizada pela – até então existente – TV Manchete³ em 1989, a repórter Mônica Teixeira visitou a ocupação Xapinhal. As entrevistas realizadas com os moradores cristalizam a pauperização e a falta de alternativas de moradias como as principais motivações para o ingresso na ocupação. Ao fazer um breve levantamento sobre o poder de compra dos trabalhadores, a reportagem relata que em 1979 o brasileiro trabalhava cerca de 153 horas para comprar uma cesta básica, enquanto em 1989 o número de horas subiu para 181. O prefeito Jaime Lerner (segundo mandato – 1989 – 1992), durante a reportagem, quando questionado pelos motivos que levaram a formação de uma ocupação de tamanha grandeza em uma cidade conhecida pelos bons índices de qualidade de vida, responde que apesar dos esforços pela melhoria da qualidade de vida, efetuados no município, Curitiba se encontrava no Brasil, “convivendo com todos os problemas que convivem as grandes cidades brasileiras”. Continuando, o prefeito assinala que inicialmente os problemas das grandes cidades eram decorrentes da migração e que naquele momento, também havia o empobrecimento da população.

Posteriormente outras ocupações passam a ser organizadas em locais próximos à ocupação do Xapinhal. Em 1990, são organizadas a ocupação Jardim Natal com cerca de 540 famílias e a ocupação Jardim Cristo Rei, com cerca de 490 famílias. Em 1991, organizado através da Associação do Xapinhal, ocorreu a ocupação da Vila Osternak com cerca de 400 famílias. (TONELLA, 2005, 2010.)

E é a partir da luta do Xapinhal e de seus desdobramentos, que em 1992, o Movimento Nacional de Luta por Moradia se forma em Curitiba. Em entrevista, realizada no dia 17 de novembro de 2016, o militante do movimento em Curitiba, Entrevistado 01, descreve que a partir da luta do Xapinhal, surgiu a necessidade de unificar a luta local a um movimento nacional, com maior organização e debate político.

A formação do MNLM em nível nacional ocorre em Belo Horizonte em julho de 1990, com a reunião de representantes de 13 estados, durante o I Encontro Nacional de Unificação dos Movimentos pela Moradia. O movimento é fruto da luta pelo direito à cidade em sua totalidade (saneamento básico, saúde, mobilidade

³ Xapinhal – Reportagem do início – Parte 1. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=FE9n9TufgRM>. Acessado em 13 de outubro de 2016.

urbana, gestão democrática das cidades, trabalho e habitação regularizada, etc...) e buscava a articulação nacional dos movimentos de luta pela moradia, desenvolvidos por “sem tetos”, mutuários e inquilinos, unificando suas bandeiras de luta. (FERREIRA, 2014; SILVEIRA, 2014)

Ainda, de acordo com Ferreira (2014, p.05), o MNLM, junto à União Nacional por Moradia Popular (UNMP), a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) e a Central dos Movimentos Populares (CMP):

(...) são movimentos nacionalmente organizados e articulados em redes e fóruns (FNRU e fóruns internacionais), que compartilham estratégias de incidência política, utilizando-se de um repertório de ação diversificado, incluindo atuação tanto em esferas políticas institucionalizadas, como os conselhos de gestão pública, como em ações societárias, a exemplo das mobilizações e de processos de formação de base. A atuação dos movimentos de moradia e reforma urbana buscará quebrar a lógica da cidade como um valor de troca, resgatando seu valor de uso. (FERREIRA, 2014, p.05)

Voltando ao contexto de Curitiba, para Polli e Gusso (2011), a incorporação de movimentos nacionais, junto à representação local, derivam da fragmentação e desmobilização da atuação local, em grande parte motivado por discordâncias na forma de pensar e executar as ações nas diferentes organizações presentes em Curitiba, e também, na incorporação das reivindicações de programas governamentais ocorridos concomitantes as bandeiras de luta dos movimentos nacionais.

Apesar destes elementos não transparecerem no discurso do Entrevistado 01 (2016), a necessidade de articular a luta local a um movimento nacional, é verbalizado logo no início da entrevista. Cabe salientar, que na administração municipal, o movimento nasce durante a terceira gestão do governo Lerner (1988-1992), o que marcava uma ruptura com os diálogos fortalecidos nos períodos anteriores, com a gestão de Fruet e Requião.

Quando questionado sobre o contexto de formação do movimento, o Entrevistado 01(2016), descreve que o intuito era de questionar a propriedade privada e os vazios urbanos que não cumpriam a sua função social. É interessante ressaltar que, alicerçados nos direitos sociais contidos na Constituição Federal de 1988, ambos os elementos verbalizados pelo Entrevistado 01 (2016), são conteúdo de discussões que aconteciam em nível nacional através de grupos ligados à

reforma urbana. A função social da propriedade urbana, era elemento latente em movimentos ligados ao Fórum Nacional da Reforma Urbana (FNRU). Essa afirmação é evidenciada na entrevista realizada por Ferreira (2014, p.77) com um militante do MNLM:

Naquela época, a função social da propriedade, o controle do povo através da participação na deliberação sobre o planejamento urbano e a integração das políticas urbanas já eram [temas] do nosso debate lá na nossa criação. (FERREIRA, 2014, p.77).

Como demonstra Cardoso (2003, p.32), diante da submissão da função social da propriedade ao plano diretor, o que conferia relativa autonomia aos municípios em sua definição, os movimentos ligados ao FNRU passam a lutar pela implementação dos instrumentos citados na CF, tanto no âmbito do Estado, como nas leis municipais. Sendo que somente em 2001, com a aprovação do Estatuto da Cidade, os instrumentos propostos pelo FNRU foram incorporados aos novos planos diretores participativos. O Entrevistado 01 (2016), cita que o MNLM foi um dos movimentos que participaram deste processo, reiterando a afirmação de Polli e Gusso (2010) sobre a incorporação de bandeiras de luta dos movimentos nacionais dentro do espaço local.

Outro ponto relevante também, é o destaque sobre a questão dos vazios urbanos, que já eram discutidos no Brasil, desde a década de 1970, quando análises sobre o processo de urbanização demonstravam que o crescimento das cidades ia em direção a áreas periféricas, mantendo ao longo do espaço urbano terrenos vagos à espera de valorização imobiliária. De acordo com Costa (2015, p.01), a terra transformada em “reserva de valor ou investimento”, na produção capitalista do espaço urbano, influenciou no processo de fragmentação das cidades. Desta forma, a conservação de terras não utilizadas ou subutilizadas nas cidades foi reflexo do processo produtivo, no qual o ócio ou o vazio foram produzidos concomitante ao espaço urbano. Porém, Cardoso (2012, p.24) destaca que durante a década de 1990, houve uma requalificação em torno do debate sobre os vazios e a degradação de centros urbanos. De acordo com o autor, a requalificação advém da discussão em torno da ocupação de prédios em áreas centrais, que trouxe à centralidade do debate a ausência de moradia e os problemas recorrentes da habitação periférica.

Considerando que não há discurso que não se relacione com outros, observa-se que além de ser um dos elementos fundantes do MNLM em Curitiba, ela também

é incorporada ao discurso do Entrevistado 01, através da memória discursiva, fruto da ligação do movimento no cenário local com o nacional. Através da memória discursiva temos a ilusão de sermos a origem do que dizemos, quando na verdade, retomamos a sentidos preexistentes. (ORLANDI, 2003) Trata-se da instância do inconsciente resultado da historicidade e da subjetividade. Ou seja, percebe-se que a discussão da função social que ocorria através do MNLM e do FNRU, também é incorporada no discurso do militante, como um dos elementos fundantes do movimento em Curitiba.

2.2. A UNIÃO POR MORADIA POPULAR E O SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO

A formação da União por Moradia Popular em Curitiba possui como elemento-chave o Sistema Financeiro de Habitação. Essa afirmação é possível, pois ela é expressa pelo movimento tanto em seus meios de comunicação (blog e folheto informativo), como também é evidenciada no discurso de seus militantes.

Em entrevista realizada com o militante da UMP, Entrevistado 02⁴, duas frases nos servem como base da afirmação realizada acima. O militante, quando questionado sobre o contexto de formação do movimento, diz que ela (a UMP), é “fruto de uma discussão estadual e ela não surgiu como demanda de Curitiba” e posteriormente assinala que o “movimento nasce na luta pela defesa dos mutuários do sistema financeiro de habitação.”

Ou seja, diferente do MNLM, a formação da UMP não deriva das incongruências políticas, sociais e econômicas encontradas no município⁵, mas sim, da falha sistêmica do sistema financeiro de habitação tanto no atendimento das demandas habitacionais da população de baixa renda, como na qualidade das construções oferecidas.

Neste sentido, a UMP forma-se em Curitiba, no dia 23 de fevereiro de 1997, através da união de lideranças comunitárias de todas as regiões do Estado do Paraná, tendo como objetivo principal a unificação da luta dos sem teto e dos mutuários do Sistema Financeiro de Habitação (SFH), especialmente dos Programas

⁴ Entrevista realizada no dia 22 de outubro de 2016, na sede do movimento.

⁵ Contudo esses fatores não são completamente exclusivos, pois são parte das problemáticas habitacionais que incidem sobre o déficit habitacional local.

de Habitação Popular do governo Collor de Melo (também conhecido como “As Margaridas”). (UNIÃO POR MORADIA POPULAR, 2015)

Essa dissonância entre a formação do movimento e o governo vigente ⁶, decorre da luta iniciada pelos militantes da UMP-PR, na Federação das Associações de Bairro do Estado do Paraná (FAMOPAR). A FAMOPAR, fundada em 30 de junho de 1986, é uma pessoa jurídica do direito privado, sem fins lucrativos e com tempo indeterminado de duração. Agrega todas as federações, uniões, conselhos municipais de associações de moradores e clubes de mães do Estado do Paraná. E tem como objetivo principal a defesa de melhores condições de vida para a população e a defesa dos direitos e interesses de suas filiadas. (FAMOPAR, 2016). O Entrevistado 02 (2016) assinala, que após a eleição interna da FAMOPAR, ocorrida em 1996, a chapa vencedora “abandonou a luta por moradia” e isso causou a dissidência de parte dos militantes. Estes, por sua vez, decidiram fundar a UMP. Por isso a história de formação e de luta da UMP, se confunde e se entrelaça com a FAMOPAR. A escolha pela incorporação junto à UNMP e não a outro movimento, deriva de relação que já existiam entre os militantes da FAMOPAR e da União Nacional por Moradia Popular. O entendimento sobre a luta da UMP perpassa pela compreensão da luta iniciada pela FAMOPAR, em torno do Programa de Habitação Popular ou Plano de Ação Imediata para Habitação (PAIH) lançado pelo governo Collor de Mello em 1990.

Contudo, é necessário fazer uma breve digressão sobre a crise do sistema de habitação, que apesar de ter iniciado na segunda metade de 1980, se aprofunda no governo Collor. Com a extinção do Banco Nacional de Habitação (BNH), houve um vácuo nas políticas habitacionais em nível nacional, derivado da fragmentação institucional e da grande redução dos recursos disponíveis para investimentos na área. Desta forma, como demonstra Arretche (1996, p.81), entre 1986 (ano de extinção do BNH) e 1995, inúmeros órgãos regeram a política habitacional, sem conseguir a garantia de resultados efetivos:

Até 1985, o BNH era da área de competência do Ministério do Interior. Em março de 1985, foi criado o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente – MDU, cuja área de competência passou a abranger as políticas habitacional, de saneamento básico, de desenvolvimento urbano e do meio ambiente. Em novembro de 1996, com a extinção do BNH e a

⁶ Em 1997, a presidência do Brasil encontrava-se sobre a vigência do primeiro mandato de Fernando Henrique Cardoso.

transferência de suas atribuições para a Caixa Econômica Federal – CEF, a área de habitação permanece vinculada ao MDU, mas é gerida pela CEF, que por sua vez, não está concernida a este Ministério, mas ao Ministério da Fazenda. Em março de 1987, o MDU é transformado em Ministério da Habitação, Urbanismo e Meio Ambiente – MHU, que acumula, além das competências do antigo MDU, a gestão das políticas de transportes urbanos e a incorporação da Caixa Econômica Federal. Em setembro de 1988, ocorrem novas alterações: cria-se o Ministério da Habitação e do Bem-Estar Social – MBES, em cuja pasta permanece a gestão da política habitacional. Em março de 1989, é extinto o MBES e cria-se a Secretaria Especial de Habitação e Ação Comunitária – SEAC, sob competência do Ministério do Interior. As atividades financeiras do Sistema Financeiro de Habitação – SFH e a Caixa Econômica Federal – CEF passam para o Ministério da Fazenda. (ARRETCHE, 1996, p.81)

Deste modo, seguindo um padrão que se estabelece no governo Sarney (1985 – 1989), as políticas habitacionais do governo Collor (1990 – 1992), se caracterizavam pelos mecanismos de alocação de recursos que obedeciam preferencialmente a critérios clientelistas ou de favorecimento de aliados governistas. (CARDOSO, 2008; RIBEIRO, 2007).

Havia ainda, uma redução da participação do Estado no mercado de terras, o que dificultava ainda mais o acesso da população de baixa renda à habitação. De acordo com Ribeiro (2007, p.03) com a ausência do Estado no mercado de terras, o acesso à mesma passou a “ter referência tão somente as leis do mercado”. Sendo assim, denotava-se no período o desmantelamento total da política nacional de habitação.

Outro ponto que colaborou para este desmantelamento advém da estagnação da poupança e do FGTS decorrente do confisco das cadernetas de poupanças pelo Estado. O uso desenfreado dos recursos do FGTS teve graves consequências sobre as possibilidades de expansão habitacional “levando a suspensão por dois anos de qualquer financiamento, no período subsequente” (CARDOSO, 2008, p.04). O Entrevistado 02 (2016) assinala que, naquele período, uma das campanhas promovidas pelo movimento, tratava-se da “defesa ao FGTS”, primeiro, por se tratar de um direito do trabalhador e, segundo, por se tratar de um importante recurso destinado ao Sistema Financeiro de Habitação.

Porém, apesar da campanha citada, o grande foco ou bandeira do movimento era o plano “Margarida” ou Plano de Ação Imediato para Habitação (PAIH). O PAIH era o principal programa habitacional do governo Collor, que a partir da extinção do

Ministério do Interior, passou a ser controlado pelo Ministério da Ação Social. Lançado em 1990, o PAIH tinha como objetivo a construção, em caráter de urgência, de cerca de 245 mil unidades habitacionais em 180 dias, através de contratação de empreiteiras privadas.

Silva (2009, p.74) assinala, que do total inicialmente previsto, somente 210 mil unidades foram financiadas através do PAIH em decorrência da “elevação do custo unitário médio realizado”.

De acordo com o Entrevistado 02 (2016), no Paraná, foram construídos condomínios em larga escala durante o período, porém, após a entrega, quase que a totalidade dos imóveis possuía alguma falha. Falhas que iam desde irregularidades na origem do terreno, problemas construtivos e superfaturamento das obras.

Ainda, nas palavras do entrevistado, “esses problemas só foram detectados porque as famílias não conseguiram pagar as mensalidades”. Desta forma, o movimento, em conjunto com o Ministério Público e a Companhia de Habitação do Paraná (COHAPAR), realizou um levantamento sobre as obras e detectaram os problemas descritos acima.

Quando questionado sobre as reivindicações iniciais da UMP, o Entrevistado 02 (2016) relata que a inadimplência no período era de cerca de 90% dos mutuários. Apesar de não estar explícito no discurso do entrevistado, é importante ressaltar, que ao longo da formação do movimento, no contexto nacional, o Brasil passava por ajustes no mercado de trabalho.

Com o estabelecimento do neoliberalismo no país, houve um processo de aumento da produtividade industrial, baseado tanto na flexibilização das relações trabalhistas como na implementação de novos padrões organizacionais, que reconfiguraram as profissões da classe trabalhadora. Segundo Silva (2012) este processo acarretou tanto no aumento das desigualdades econômicas, como na dificuldade do acesso à moradia. Nesta lógica, houve a consolidação do setor informal, com a predominância da precarização do trabalho, constituído por trabalhadores com baixa qualificação profissional e sem acesso a direitos fundamentais.

Silva (2012, p. 235) assinala que o crescimento da informalidade ao longo da década de 90 decorre de três fatores: (i) a da necessidade, por parte da população que reside em assentamentos precários; (ii) a da acumulação e reprodução do

capital, vinculada à atividade imobiliária; (iii) e à existência de um Estado subsidiário dos interesses privados.

Contudo, não há como afirmar que os elementos acima citados são a causa da direta da inadimplência descrita pelo Entrevistado 02. Mas há de se considerar que o PAIH era direcionado às famílias com renda entre 0 e 5 salários-mínimos e que havia em um contexto nacional uma insegurança em torno do emprego e também uma dificuldade dessa população na inserção no mercado de trabalho formal.

Retornando à formação do movimento, a partir da inadimplência existente no Paraná e com os inúmeros problemas construtivos encontrados nas habitações, o movimento passa então a orientar os moradores a não pagarem suas prestações e a não abandonarem suas moradias. De acordo com o Entrevistado 02 (2016), a partir da dificuldade em arcar com as mensalidades, grande parte dos mutuários passaram a abandonar suas residências. Desta forma, além de incentivar que os moradores retornassem e permanecessem em suas residências, o movimento também passa articular os trabalhadores sem teto e a incentivar a ocupação de habitações vazias por esses atores.

Outro elemento importante que emerge a partir do discurso do militante, trata-se da caracterização do movimento enquanto “ferramenta”. Logo no início da entrevista, o Entrevistado 02, ao descrever a formação do movimento a partir da dissidência do grupo da FAMOPAR, assinala que havia a necessidade de se criar uma “ferramenta para desenvolver e articular essas famílias (mutuários do SFH)”. É interessante observar a verbalização da palavra, pois quando analisado o discurso de maneira ampla (junto a outros documentos do movimento) é possível visualizar que o movimento tem consigo um perfil articulador. Articulador, pois tanto na sua formação quanto em suas reivindicações iniciais, as demandas são pautadas na articulação entre mutuários e o Estado, e mesmo que, posteriormente, tenha abarcado junto a si a bandeira dos sem-teto, o objeto de luta do movimento sempre foi principalmente o sistema financeiro de habitação. Ou seja, o movimento sempre buscou a articulação entre essa população (mutuários e sem-teto) e o Estado. E mais, este perfil articulador ainda é visível e reforçado pelo movimento na

atualidade. No *site* da UMP, o movimento descreve que está “habilitado junto ao Ministério das Cidades, para viabilizar moradias em todo o Estado do Paraná”⁷

Contudo, a UMP-PR é uma entidade filiada à União Nacional por Moradia Popular (UNMP), no qual se visualiza uma bandeira de luta ainda mais ampla, tanto na formação quanto em suas reivindicações. Fundada em 1993, com o objetivo de articular e mobilizar os movimentos de moradia, lutar pelo direito à moradia, por reforma urbana e principalmente pela autogestão. Sobre a área de atuação, o movimento descreve que ela abrange às áreas de favelas, cortiços, sem-teto, mutirões, ocupações e loteamentos⁸. Na UMP-PR, apesar de não constar no discurso do militante, a autogestão é encontrada nos princípios do movimento.

A formação da UNMP, deriva das lutas efetivadas pela União de Movimento de Moradia de São Paulo e do Interior (UMM-SP), que ocorreram no decorrer das décadas de 1970 e 1980 em São Paulo, com forte apoio da Igreja, de assessorias universitárias e de organizações não governamentais. Com o aumento das ocupações e mutirões ocorridos em São Paulo, houve a construção de uma grande articulação que resultou em 1984 no 1 Encontro de Movimentos de Moradia por Cooperativismo, Ajuda-Mútua e Autogestão. Nasce então, o embrião da UNMP. (FERREIRA, 2014)

Apesar da grande bandeira da UNMP ser a autogestão, Paz (1996) demonstra que a formação do UNMP está também, estreitamente ligada à construção do Fundo Nacional de Moradia Popular (FNMP) e do Sistema Nacional de Habitação (SNHIS). No Encontro Estadual da UMM-SP, realizado em 1990, foram construídos os elementos que fomentariam as propostas de uma política habitacional popular e do FNMP. Como descreve Paz (1996, p. 65-66), as principais propostas eram: (i) a primazia do direito de moradia sobre o direito de propriedade; a administração dos recursos destinados à habitação pelos trabalhadores; (ii) o financiamento direto às associações e cooperativas, com o controle de um conselho popular de habitação; (iii) o subsídio a fundo perdido para a população de menor renda; (iv), a participação na elaboração e execução da política habitacional.

⁷ UNIÃO POR MORADIA POPULAR. **Sobre a UMP**. Disponível em: <http://moradiapopularpr.com.br/sobre-a-ump/>. Acesso em 03 de novembro de 2016.

⁸ UNIÃO NACIONAL DE LUTA POR MORADIA. **Sobre a nossa história**. Disponível em: http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=44&Itemid=54. Acesso em 03 de novembro de 2016.

Desta forma, é a partir da construção da proposta do FNMP e do SNHI e da coleta de assinaturas para a criação do primeiro Projeto de Lei de Iniciativa Popular⁹, que ocorre no Encontro Nacional, realizado em Betim em 1993, que se funda a União Nacional por Moradia Popular.

E também, assim como o discurso do Entrevistado 02 (2016), percebe-se também no texto escrito da UNMP, existe a incorporação do papel de articulador, entre as demandas dos atores acima citados e o Estado. Esse ponto é impresso na necessidade verbalizada do movimento em fortalecer e capacitar os “atores que lutam por moradia digna”.

E apesar da ausência da função social da propriedade, como elemento para a formação do movimento, em seu Estatuto, a UNMP descreve a “defesa do cumprimento da função social da propriedade, conforme art. 5 inciso XXIII da Constituição da República”, como item dos Objetivos e princípios do movimento. Na UMP, a defesa do cumprimento da função social da terra urbana e rural é encontrado entre os objetivos e princípios do movimento. Contudo, um ponto peculiar, é o compromisso firmado pelo movimento, através do seu Estatuto, no que concerne à função social da propriedade urbana. Nele o movimento descreve que possui o compromisso de “gestionar junto ao município, a instituição através de uma lei municipal, de uma comissão de trabalho de levantamento de áreas públicas (de todas as esferas) e privadas que não cumprem a função social”. Esse parágrafo reforça tanto o papel articulador do movimento, como a consciência de que a construção e o cumprimento da função social dependem de outras instituições.

Apesar do papel articulador do movimento ser evidenciado, não há a intenção de minimizar ou deslegitimar a atuação do movimento. Sabendo das discussões em torno da “institucionalização” dos movimentos ao longo da década de 90 e 00, não é considerado neste trabalho, as conotações negativas (cooptação, desmobilização e refluxo) atribuídas aos movimentos nesse período.

É relevante, porém, salientar que como delimitam Lavallo, Costello e Bichir (2004, p.42), embora houvesse em 1980, uma consonância em torno da impossibilidade de se compreender os movimentos sociais a partir de “determinada inserção estrutural”, esses atores coletivos, na América Latina, foram relacionados às classes sociais, aos sujeitos coletivos e a questões de dominação. Afirmação esta

⁹ A Lei 11.124 somente foi aprovada em 2005, no mandato de Luiz Inácio Lula da Silva.

que se visualiza no trecho de Sader (1988, p.36): “Eu estava, sim, diante da emergência de uma nova configuração de classes populares no cenário público” e as “características comuns (dos movimentos sociais) nos permitem falar de uma nova configuração de classe”. Porém, a partir da redemocratização, e das possibilidades de ação junto ou através do Estado, determinados movimentos promoveram ou absorveram determinadas formas organizacionais e variados tipos de ação. Desta forma, como citam Lavallo, Costello e Bichir (2004, p.43), perante a não apropriação a seus próprios conceitos, determinados autores foram mais tolerantes aos atores coletivos que encarnaram a crítica à democracia institucional, do que com os atores coletivos que adotaram relações institucionais como repertório de ação.

Porém, quando adotado o termo “perfil articulador” para definir a posição da UMP, não é considerado a metodologia utilizada por Lavallo, Costello e Bichir (2004), que diferenciam movimentos sociais e articuladores. Aqui a necessidade é de salientar um perfil que emerge através do discurso e da escrita da UMP, no qual se visualiza a necessidade do movimento em agir como uma ferramenta ou um articulador entre as demandas sociais advindas de determinados grupos (sem-teto e mutuários) e o Estado, com o intuito de que tanto as políticas habitacionais, quanto as categorias ligadas à reforma urbana e também contidas na CF (a função social da propriedade urbana, por exemplo) sejam direcionadas a esses grupos.

2.3 O MTST-PR E A FORMAÇÃO A PARTIR DO NÚCLEO DE FORMAÇÃO PARTIDÁRIA

Como já observado, a formação ou a fundação dos movimentos sociais anteriores, passam pela incorporação de mobilizações e organizações locais a movimentos nacionais, com maior expressividade, com o intuito de fortalecer ou dar maior visibilidade às demandas ou lutas locais. Porém, a construção do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto em Curitiba, acontece de maneira inversa. Inversa, pois o movimento somente se constitui a partir da inserção de seus militantes à Frente Nacional de Resistência Urbana e da necessidade de superar a militância somente a partir do núcleo de formação partidária no qual os militantes se encontravam.

Ou seja, como descrevem os próprios militantes, durante o Círculo de Estudos da Ideia e Ideologia (CEII)¹⁰ ocorrido na Universidade Federal Fluminense em 2013, a base de formação do movimento em Curitiba, tem início no núcleo de “Movimento Popular” do PSOL. O Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), foi fundado em 2004, a partir da “necessidade de reorganizar a esquerda socialista brasileira” (PSOL CURITIBA, 2016) e, em Curitiba, a fundação do partido ocorre concomitante ao resto do país. Um dos elementos que rege os princípios e a estrutura do partido, a democracia interna, estabelece a construção e o funcionamento de núcleos de base. Os núcleos de base são instâncias da estrutura partidária que organizam as intervenções dos militantes com o intuito de fomentar a implementar o debate e a atuação dos mesmos nos diferentes espaços da sociedade civil. Em Curitiba, de acordo com informações disponibilizadas no *site* do partido, os núcleos existentes hoje são: “Arte, Cultura e Propaganda”, “Formação Política”, “Mulheres e Relação de Gênero”, “Estudantes”, “Trabalhadores”, “Movimentos Populares”, “Direitos Humanos”, “Ecosocialismo” e “Zona Sul”. (PSOL, 2016)

De acordo com os militantes (CEII, 2013), a construção dos núcleos era fruto da necessidade de uma atuação concreta entre partido e militância. Sendo assim, enquanto núcleo de formação, havia uma atuação que se baseava no trabalho comunitário, ou seja, no trabalho em vilas e associações de moradores, prestando assessorias especializadas e colaboração na organização e mobilização de lutas.

Porém, em 2010, o núcleo foi convidado por Guilherme Boulos (militante do MTST), para integrar a Frente de Resistência Urbana (FRU). A Frente é uma articulação nacional de movimentos populares que possui como objetivo principal a unificação dos movimentos sociais, com o intuito de construir uma agenda conjunta de lutas pela reforma urbana e pelos direitos dos trabalhadores urbanos (FRENTE DE RESISTÊNCIA URBANA, 2016)

É a partir deste convite, que o núcleo se mobiliza para fundar um movimento popular por moradia em Curitiba. Pois, de acordo com os militantes (2013), embora houvessem ligações partidárias, os movimentos que integravam a Frente não se apresentavam como partido.

¹⁰ Introdução ao Movimento Popular por Moradia – Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=z2Jbn5zEETI&list=PLSe2Eyvq8E9ovAmk9p7bdiu7Czh-GhKQG&index=3&t=1s>. Acesso em 28 de outubro de 2016.

Ribas e Souza (2016, p.01) em uma breve reflexão sobre a materialização da relação entre o Estado e a Sociedade Civil pela relação entre Partidos Políticos e Movimentos Sociais, descrevem que os movimentos sociais, ao se colocarem apartidários e não como antipartidários, reforçam a necessidade de que os “partidos políticos retomem sua representatividade e se firmem como ponte de ligação entre a população e o Estado”. Essa constatação é visível no MTST-PR, em dois momentos dos discursos de seus militantes. Em um primeiro momento, os militantes descrevem que um dos objetivos das ocupações promovidas é a negociação, ou seja, os militantes assumem de maneira implícita a necessidade do diálogo com as instituições com o intuito de que suas demandas sejam atendidas, nesse ponto, entendemos que o apartidarismo é importante como forma de legitimar suas ações. Em um segundo momento, os militantes delimitam que a formação do movimento e a saída do núcleo de formação de base, deriva da necessidade de desvincular a integração ao movimento de uma possível necessidade de filiação partidária.

Forma-se então, em 2010, o Movimento Popular por Moradia, na cidade de Curitiba, tendo como objetivo a promoção de “intervenção política contundente e organizada para acordar as autoridades públicas e o povo que tanto sofre nas periferias da cidade” (MOVIMENTO POPULAR POR MORADIA, 2016).

Dentre as práticas políticas utilizadas pelo movimento, se destaca em seu *site* a ocupação de áreas vazias como uma das principais. Cabe a ressalva, considerando as ocupações efetivadas pelo movimento na região da Cidade Industrial de Curitiba (CIC), que apesar de afirmar que ocupam “imóveis vazios”, as ações se restringem às áreas não edificadas. Em nota veiculada pelas redes sociais sobre a ocupação do Sabará publicado no dia 04 de outubro de 2012, o movimento com o intuito de legitimar sua ação descreve que “mesmo os moradores das vilas mais próximas têm de se espremer em cômodos superlotados, enquanto proprietários negligentes mantêm imóveis como estes vazios” (MPM, 2012). Observa-se, portanto, que na construção discursiva do movimento o conceito de imóveis vazios está ligado às áreas vazias e não às edificações vazias, esta explicação se faz necessária com o intuito de compreender plenamente tanto o discurso quanto as práticas utilizadas pelo movimento.

Desta forma, evidenciando as práticas expressas pelo movimento, no dia 28 de setembro de 2012, foi organizada a primeira ocupação do movimento, chamada de Ocupação Nova Primavera, em alusão a primavera árabe. Posteriormente, outras

duas ocupações foram promovidas pelo MPM: A Ocupação 29 de Março e a Ocupação Tiradentes. Todas as ocupações promovidas pelo MPM se localizam na CIC.

A Cidade Industrial da Curitiba (CIC) é uma região emblemática, localizada ao oeste do município, criada em 1973, como parte dos projetos de grande porte, “que tinham por objetivo transformar, organizar e racionalizar o espaço da metrópole” (ALBUQUERQUE, 2007, P.75) e implementar a ideologia de “cidade modelo”. De acordo com Silva (2012, p.117), a região do CIC, foi uma importante área destinada à produção de loteamentos populares durante a década de 70. Albuquerque (2007, p.100), no entanto, a partir da leitura da distribuição espacial da produção habitacional da COHAB-CT, revelou que entre as décadas de 1970 e 2000, houve uma concentração de investimentos habitacionais na região do CIC. Sendo que, das 84.054 unidades habitacionais produzidas no período, 25.706 foram produzidas no CIC, dentro de um universo de 10 regionais municipais¹¹. Porém, apesar dos investimentos acima citados, a CIC, ainda hoje, é um dos bairros com maior concentração de domicílios irregulares. (SILVA, 2012, p.117)

Dentre as práticas políticas, visualiza-se que o repertório utilizado pelo MPM, também foi, desde o início, influenciado pelo MTST. A escolha de regiões periféricas para manifestações e ocupações segue o modelo utilizado pelo movimento em São Paulo. O MTST nacional se define como um “movimento territorial dos trabalhadores” (MTST, 2016). Territorial, porque o movimento busca organizar suas ações a partir de áreas periféricas, locais aonde se encontram grande parte dos trabalhadores urbanos.

A partir de 2015, o MPM adota a denominação de MTST-PR, superando tão somente o título de luta por moradia popular e incorporando a luta pela reforma urbana e pelos direitos do trabalhador. Neste ano, também promove uma de suas últimas ocupações: a Ocupação Dona Cida. A ocupação localiza-se próxima às outras três ocupações do movimento e juntas formam o Complexo Hugo Chávez. Reforçando o apartidarismo, para as eleições municipais em 2016, o movimento não declarou apoio à nenhuma dos candidatos à prefeitura ou câmara municipal.

A atuação do movimento, com o intuito de organizar os trabalhadores de áreas periféricas em torno da reforma urbana, reforça a concepção, assinalada por

¹¹Regionais: Bairro Novo; Boa Vista; Boqueirão; Cajuru; CIC; Matriz; Pinheirinho; Portão; Santa Felicidade; Vários (unidades isoladas.)

Maricato (2013), de que é no espaço urbano que ocorre essencialmente a manutenção da luta de classes. Desta forma, o movimento busca demonstrar através de suas práticas políticas que o fetichismo do mercado urbano, a segregação socioespacial de grande parte da população trabalhadora e o acesso desigual a bens e serviços, são apenas alguns dos exemplos que demonstram que a luta de classes no espaço urbano, não se encerra na questão da reprodução da força de trabalho. Neste contexto, considerando a atuação do MTST-PR como movimento que essencialmente busca a organização dos trabalhadores urbanos, se faz especialmente importante, pois evidencia as contradições e as disparidades encontradas na produção do espaço urbano. Considerando ainda que a degradação da moradia sempre esteve intimamente ligada ao processo de acumulação capitalista, que produz uma população excedente e que “ultrapassa as necessidades médias de expansão do capital” (MARX, 2004. p.731) e que a sua solução não será obtida isoladamente dentro da produção capitalista, uma vez que a sua escassez é produto indispensável dentro do capital (ENGELS, 2015, p.107), a luta mais ampla desenvolvida pelo MTST-PR, busca demonstrar que o problema habitacional não é tão somente sobre a construção de casas, mas também da lógica social.

Voltando a Curitiba, verifica-se que mesmo mantendo a imagem de cidade modelo e símbolo de desenvolvimento, o município é a capital com maior déficit habitacional do sul do país, com um número absoluto de 49.164 mil moradias. De acordo com a metodologia utilizada pela Fundação João Pinheiro, o indicador de déficit habitacional, engloba as moradias sem condições de habitabilidade devido à precariedade das construções ou em virtude de desgaste da estrutura física e que, portanto, há a necessidade de serem respostas; coabitação familiar e também moradia em imóveis construídos com fins não residenciais. A verificação do déficit habitacional se torna um importante referencial empírico, pois permite afirmar, através de sua definição, a existência de sem-teto, mas eles apenas se transformam em categoria política verificável, a partir de sua formação como movimento social organização.

Sobre as ocupações do MTST-PR, não há um levantamento socioeconômico dos indivíduos que nelas se encontram. A única referência está presente em uma

reportagem feita pelo coletivo Terra Sem Males¹², informando que as ocupações são formadas por trabalhadores da construção civil, terceirizados, porém a grande maioria é de trabalhadores do mercado informal.

Os trabalhadores do mercado informal, não inseridos nas relações diretas de capital-trabalho, são considerados subproletários urbanos. De acordo com Singer (1981, p.22), a diferenciação entre proletariado e o subproletariado, surge com a inserção mais ou menos regular no mercado de trabalho e o nível salarial. Bühr (1988, p.44), assinala que outros fatores presentes nos subproletários, são a ausência de proteção sindical e a tendência à individualização da relação salarial. A individualização destes sujeitos, sem representação sindical e sem proteção trabalhista, gera um aumento da exploração da força de trabalho por parte do capital.

As políticas neoliberais, também influenciam na formação da cidade e da moradia em mercadorias, transferindo o acesso e o direito às mesmas às exigências e necessidades do mercado. Os trabalhadores informais, portanto, são os principais afetados por essas transformações, pois tanto o acesso e o direito à cidade e a moradia, são reduzidos pelo capital.

O Estado tem papel fundamental neste caso, pois ao representar os interesses das classes dominantes, assegura a “coesão de classes vigentes, mantendo sob controle o conflito entre as classes sociais antagônicas e impedindo dessa forma que tal conflito deságua na destruição desse modelo de sociedade” (SAES, 2001, p.96). A falta de representatividade sindical nos subproletários merece um grifo especial aqui, pois a individualização do sujeito é de interesse única e exclusivamente do capital. Os sujeitos separados, são integrados ao Estado e o mesmo ao defender os interesses dominantes do capital, proporcionam uma falsa sensação de que há uma equivalência de igualdade entre a compra e a venda da força de trabalho.

A principal organização dos subproletariados, de acordo com Machado (2009, p.1-9) acontecem nos movimentos sociais (que perante a não representatividade por sindicatos, derivado da não existência de ligação contratual), se organizam em torno de contextos sociais, políticos e econômicos, tornando suas demandas específicas,

¹² Brotam Ocupações no Paraná. Disponível em: <http://www.terrasemmale.com.br/brotam-ocupacoes-no-parana/>. Acesso 25 de Novembro de 2015

como a luta por moradia, por exemplo. Desta forma, verifica-se que a reivindicação do MTST e dos demais movimentos sociais, são realizadas diretamente ao Estado e o seu modo de atuação é feito através de ocupações, bloqueios de ruas e rodovias e manifestações em frente a prédios públicos. Diferente do proletário tradicional, que se organiza através de partidos ou sindicatos e tem como modo de ação a paralisação da produção de mercadoria.

Neste sentido, para melhor compreensão sobre o MTST-PR, acreditamos que seja necessária uma ampliação no entendimento das categorias de proletariado, a fim de abarcar também esse conjunto de homens e mulheres que não estabelecem vínculos formais de trabalho, mas tem a sua força de trabalho alienada, enfrentam as contradições das relações sociais de produção e, ao se constituírem como movimento social, confrontam o capital.

Muito embora, não seja o objetivo deste trabalho fazer uma análise aprofundada da movimentação dos subproletários entre as frações de classe, é importante assinalar que a precarização do trabalho acontece, principalmente e essencialmente, no espaço urbano e que a luta do MTST-PR se insere diretamente nesse contexto, o de defesa do trabalhador e reivindicação do acesso e direito à cidade.


Diferente dos outros movimentos já analisados, o MTST-PR não traz a reivindicação da função social da propriedade urbana, como elemento discursivo tanto da formação do movimento, quanto de seus estatutos ou diretrizes. Cabe salientar, que não excluímos o movimento da análise, pois apesar do vazio na reivindicação da categoria neste momento inicial, se faz ainda mais importante a verificação de como, quando e para quem o movimento mobiliza a categoria, já que inicialmente ela não transparece.

3. OCUPAR E EXISTIR

Antes da discussão sobre a ocupação, se faz necessário pontuar a construção e a consolidação da propriedade privada e sua inserção na luta dos movimentos sociais por moradia.

Parte-se do pressuposto que a relação entre os movimentos sociais e a propriedade privada da terra é contraditória, ao passo que é uma barreira e também um alvo para que a luta por moradia seja superada. Para exemplificar esta visão, parte-se do esquema desenvolvido por Alves (2016, p.269), sobre a propriedade a partir da teoria marxista, onde:

TRABALHO

PROPRIEDADE =  Objetificação + Apropriação + Subjetividade

Fixamos em primeiro plano, que o trabalho se objetiva sempre de maneira externa ao homem ou a sua natureza humana. Compreende-se, a partir da categoria alienação desenvolvida por Marx, que, no capitalismo, quanto mais riqueza um homem produz e quanto mais poder e extensão ganha sua produção, mais pobre se torna o homem. (MARX, 1978). Neste modo de produção, o trabalho gera um produto que se fixa em um objeto e se transforma em uma coisa, em outras palavras, trata-se da objetivação do trabalho. Alves (2016, p.268), assinala que o trabalho, gera ainda, uma “objetivação que chamamos de propriedade, sempre externa ao homem”.

A externalidade ao homem cabe ser ressaltada, pois ela deriva de uma barreira construída no capitalismo, que impossibilita ao sujeito de se realizar plenamente em seu trabalho. Essa barreira é o regime de trabalho capitalista (ALVES, 2016), que possibilita a apropriação dos objetos por outra pessoa e não pelo trabalhador que a produziu. Como descreve Marx (1978), “a apropriação do objeto aparece como alienação a tal ponto que quanto mais objetos o trabalhador produz tanto menos pode possuir e tanto mais fica dominado pelo seu produto”.

Ou seja, no decorrer do processo, além da criação de um trabalhador que não se apropria dos frutos de seu trabalho, cria-se também o não-trabalhador que se apropria dos produtos e da produção alheia.

Através do processo de objetivação e apropriação, chegamos ao processo de subjetivação. Ou seja, o trabalho, para além de gerar um produto, que é sempre

externo e apropriado por outrem, ele também recria o próprio homem. Como explica Mézáros (2016, p.128), no capitalismo o homem é dividido entre propriedade e trabalho e ambos se constituem como elementos antagônicos. Desta maneira a reciprocidade original entre homem – natureza – indústria, a partir do regime trabalhista capitalista, é transformada em inter-relações alienadas, ou melhor: propriedade – trabalho – natureza alienada e propriedade – trabalho – indústria alienada. Dado o antagonismo entre ambos, fica exposto que a raiz subjetiva da propriedade é o trabalho. A propriedade, enquanto, produto do trabalho, tem o poder de gerar subjetividades que a partir da abstração do homem original, cria o trabalhador despossuído e o proprietário.

Este processo de subjetivação é concebido por Marx (1978), quando descreve os efeitos da propriedade privada “do lado capitalista, como direito de apropriar-se do trabalho alheio não pago ou de seu produto; do lado do trabalhador, como impossibilidade de apropriar-se do seu trabalho”.

Alves (2016, p.265) descreve que a construção e a consolidação destas subjetividades, nos explicam os regimes de poder vigentes em nossa sociedade. Ao passo que, se havia inicialmente a possibilidade de uma efetiva identificação entre o trabalho como atividade criadora e da propriedade, como objetificação, no capitalismo se efetua uma ruptura. Desta forma, ainda de acordo com Alves (2016, p.265), neste sistema, aos proprietários são garantidos “o poder geral da apropriação privada”, enquanto que para os trabalhadores despossuídos, continua sendo coibida a fruição plena dos frutos de seu trabalho, e, ainda, são delimitadas as possibilidades de ser, ter e viver na sociedade capitalista.

Desta forma, retornando ao nosso tema, ao perfazer o quadro esquemático acima, observa-se que, contrariando a afirmação de Polli e Gusso (2013, p.04), as ações dos movimentos não tem o intuito de negar a propriedade privada, mas sim de questiona-la. Apesar da fina linha que separa ambas, observa-se que os movimentos não negam a existência a propriedade privada, inclusive estes reivindicam para si a possibilidade de obter o seu direito à posse ou a fruição da propriedade. A função social é utilizada como forma de questionar a concentração do direito em detrimento à sua universalização. Esta ligação, feita pelos movimentos pode ser observada na entrevista realizada com o Entrevistado 01, quando descreve que na formação do movimento, havia o questionamento da propriedade privada e a reivindicação da função social da propriedade. Em um outro momento, quando

questionado sobre quais eram as principais ideias acionadas na atuação do movimento o militante descreve:

Uma das principais ideias é questionar a propriedade privada (...) talvez se você perguntar para o militante da ponta, ele não tenha esta visão. Mas, todos os movimentos que fazem ocupação, tanto no urbano, quanto no rural, a principal ideia é questionar a propriedade privada. (Informação oral.)

Na continuação da entrevista, o militante descreve em que se baseia o questionamento da propriedade privada para o movimento:

(...) como é que quem tem muitas terras conseguiu ela? Se uma família tem tudo isso de terra e tem 100 que não tem, a gente tem que questionar, (...) a propriedade tem que ser para todos, todos tem que ter acesso. E a gente acha que a terra tem que ser para quem realmente precisa dele para viver. (Informação oral)

Apesar da função social não ser verbalizada neste momento da entrevista, em outro momento o Entrevistado 01 descreve que o questionamento da propriedade privada também é o questionamento da função social. Desta forma, quando se observa o trecho acima, se pode assinalar que para o movimento a função social é uma forma de se concretizar a justiça no solo urbano e de se proteger contra as vulnerabilidades e inseguranças da condição social, uma vez que a sobrevivência para o movimento perpassa pelo direito à propriedade. A discussão, portanto, não é somente em torno da construção de moradias. Esta afirmação também é observada em trecho da entrevista de Ferreira (2014, p.77) com uma das lideranças do MNLM em nível nacional. Sobre as reivindicações do movimento no período de sua formação, o militante ressalta que:

Era muito mais do que a moradia e muito menos produção de moradia. A gente não discutia o que a gente faz hoje, de construir casa. Isso não está na origem do movimento; na origem do movimento era muito mais uma luta pelo controle da terra urbana e a função social dessa terra urbana, do que a construção de casa. (FERREIRA, 2014, p.77)

Outro ponto interessante de análise, trata-se da mudança descrita pelo entrevistado, em torno das reivindicações iniciais promovidas pelo MNLM em Curitiba. O militante afirma que as reivindicações:

(...) em um primeiro momento [eram] de exigir e cobrar do poder público, realmente, moradias. Porque tinha Cohab, tinha Cohapar, que se diziam que eram para criar habitação para o povo. [Pensamos], vamos questionar essas organizações, para que

realmente se possa fazer moradia. Mas aí, como nós percebemos que isso só não resolvia, nós partimos para a luta. (Informação oral)

Este trecho da entrevista, vem após o questionamento sobre o contexto de formação do movimento. Observa-se que em um primeiro momento as ações do movimento eram direcionadas principalmente ao Estado, pois este era e é o principal agente na provisão de habitação para a população de baixa renda. Desta forma, diante da falha sistêmica na atuação deste sobre a problemática habitacional, há uma mudança nas ações do movimento. Pois, de acordo com o militante:

(...) o Estado não cumpre e não está ali para cumprir. Na verdade, eles criam, essas organizações [Cohab, Cohapar, etc...] para conter que o movimento faça as reivindicações através da luta. Então se eu tenho hoje 70 ou 80 mil pessoas na fila da Cohab, eu seguro e vou jogando, de vez em quando, eu contemplo um ou outro, faço propaganda que tenho isso e as pessoas não se organizam. (Informação oral.)

A concepção do entrevistado remete à ideia do papel que o Estado cumpre na desorganização das classes populares. Para Poulantzas (2000), o Estado capitalista, possui papel essencial na unificação de interesses políticos em um bloco no poder de longo prazo, assim sendo, ele atua tanto com o intuito de desorganizar as classes subalternas, quanto para ratificar a aceitação das massas populares. Para entendê-lo, portanto, se faz necessário observá-lo “como um campo e um processo estratégico, onde se entrecruzam núcleos e redes de poder que ao mesmo tempo se articulam e apresentam contradições e decalagens uns em relação aos outros”. (POULANTZAS, 2000, p.138 e 139)

As políticas públicas, portanto, são produzidas em diferentes formas institucionais que possibilitam o equilíbrio de forças entre diferentes atores. Na perspectiva poulantziana, as lutas de classes políticas são condensadas e mediadas através de formas institucionais particulares, que tem como intuito a organização de classes dominantes e a desorganização de classes dominadas, sem que haja a imposição de uma estratégia uniforme para o exercício do poder. Para Jessop (2009), a contribuição de Poulantzas a respeito do Estado, merece especial importância, pois há o reconhecimento de que as classes dominadas e as suas lutas, estão presentes no sistema estatal, como também estão distantes dele.

Observa-se, portanto, que o processo descrito pelo Entrevistado 01, faz parte da condensação do Estado, ao passo, que atuando no campo das lutas, o mesmo ainda age na preservação e manutenção dos processos de objetificação e

apropriação da propriedade privada das classes dominantes, ao mesmo tempo que cria subjetividades nas classes dominadas.

Desta forma, como assinala Ferreira (2014, p.45), o Estado produz vários tipos de discursos, que se constituem em diferentes materialidades variando de acordo com a classe a que se destinam. Assim, essas diferentes materialidades (políticas públicas, serviços públicos, obras, etc.) e os discursos buscam atender às diferentes classes. É, portanto, através da manutenção da subjetividade e do consentimento, que muitas lutas dos movimentos sociais se materializam na conquista de supostas melhorias nas condições de vida e conquistas de direitos. Pois como delimita Poulantzas (2000, p.29), é desta maneira que o Estado mantém o equilíbrio das forças e a hegemonia das classes dominantes:

(...) a relação das massas com o poder e o Estado, no que se chama especialmente de consenso, possui sempre um substrato material. Entre outros motivos, porque o Estado trabalhando para a hegemonia de classe, age no campo do equilíbrio instável do compromisso entre as classes dominantes e dominadas. Assim, o Estado encarrega-se ininterruptamente de uma série de medidas materiais positivas para as massas populares, mesmo quando estas medidas refletem concessões impostas pela luta das classes dominadas. Eis aí um dado essencial, sem o qual não se pode perceber a materialidade da relação entre o Estado e as massas populares, se fosse considerado o binômio repressão-ideologia. (POULANTZAS, 2000, p.29)

O Estado não podendo reproduzir o seu domínio político única e exclusivamente por meio da repressão, força ou violência, lança mão tanto da ideologia, quanto da organização e manutenção das subjetividades com o intuito tanto de se criar a sensação de que há melhoria de vida da população, quanto a possibilidade de se transformar em um proprietário.

Neste sentido, tratando-se da propriedade e considerando que a produção habitacional é essencial na reprodução e acumulação capitalista, observa-se que as ideologias dos grupos dominantes se evidenciam nos aparelhos do Estado, tanto com o objetivo de elaborar, imprimir e reproduzir, tanto a manutenção dos processos de objetificação e apropriação, quanto a criação e manutenção das subjetividades. Por isso, assinalamos que é interessante a mudança encontrada no discurso do Entrevistado 01, pois se percebe que há o conhecimento de que a produção habitacional é um discurso das classes dominantes cristalizadas no Estado, com o intuito de manter o equilíbrio e desestabilizar as lutas dos movimentos sociais.

Apesar da ênfase no discurso do Entrevistado 01, também são encontradas nas ações e discursos dos outros movimentos, elementos que questionam a propriedade privada. O surgimento desses elementos pode ser, especialmente, observado nas ocupações promovidas por estes atores coletivos. Pois, afinal, por que os movimentos ocupam?

As ocupações são parte do repertório de ações implementado pelos movimentos. De acordo com Tilly (1992, p.07, apud. Tarrow, 2009, p.61), o repertório de ação trata-se de um “conjunto limitado de rotinas que são apreendidas, compartilhadas e executadas” pelos movimentos. Contudo, há de se salientar que apesar de determinadas ações serem utilizadas pelos movimentos elas são construídas de maneiras heterogêneas e em torno de objetos distintos. Tarrow (2009, p.62) descreve que as mudanças no repertório, estão ligadas às transformações dos interesses, oportunidades e organizações. Essa diferenciação é necessária, pois observa-se que apesar da ocupação ser uma ação utilizada por todos os movimentos, elas não possuem como alvo os mesmos objetos e nem são implementadas pelos mesmos motivos. E este ponto é fundamental neste trabalho.

No MNLM, as ocupações são um dos elementos que compõe os eixos estratégicos¹³ de luta do movimento. Desde 1998, a partir de seu V Encontro Nacional, o MNLM possui como bandeira “Ocupar, resistir para morar”. Para o movimento as ocupações acontecem como forma de denunciar o não cumprimento da função social da propriedade e para reivindicar o direito fundamental à moradia.

Em Curitiba, uma das ocupações mais emblemáticas promovidas pelo movimento, foi a ocupação do antigo prédio do Banestado, localizado na Avenida Marechal Deodoro. Iniciado no dia 07 de junho de 2003, a ocupação durou 56 dias e ganhou atenção tanto pela localização, quando pela duração. Sobre a ocupação, a Gazeta do Povo¹⁴, noticiou:

A manifestação dos sem-teto já teria entrado para a história da cidade pelo seu tamanho e duração. Nada do gênero havia sido visto no Centro da cidade até então, nem houve nada parecido depois. (GAZETA DO POVO, 2003)

¹³ De acordo com Ferreira (2014, p.78) os elementos que compõem os eixos estratégicos do movimento são: (i) ocupação; (ii) a luta contra os despejos e remoções; (iii) regularização fundiária; (iv) melhoria habitacional; (v) o cooperativismo.

¹⁴ Uma longa jornada rumo ao conjunto Sambaqui. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/uma-longa-jornada-rumo-ao-conjunto-sambaqui-agm4hkn2ubk6vs0n8g5g1oy1>. Acesso em: 20 de novembro de 2016.

Com cerca de 40 famílias ocupadas, o objetivo principal da ocupação era a reivindicação de uma política habitacional direcionada à população de baixa renda do município. Em entrevista realizada pela Tribuna ¹⁵, um dos militantes do movimento delimita:

Queremos uma reforma urbana, negociar um assentamento urbano, já que a Prefeitura de Curitiba não tem política habitacional para os pobres (...) Cerca de 10% dos imóveis de Curitiba são ociosos, não cumprem papel social, enquanto 10% da população mora na periferia da periferia. (TRIBUNA, 2003)

No dia 02 de agosto de 2003, foi cumprido o mandato de reintegração de posse e os militantes iniciaram uma peregrinação de mais de dois anos, ocupando diferentes espaços da cidade ¹⁶, até serem contemplados com lotes na vila Sambaqui, localizado na região sudeste de Curitiba. Para Polli e Gusso (2013, p.11), a ocupação do Banestado trouxe importantes pontos de reflexão, como: (i) a moradia popular no centro; (ii) a ocupação de espaços subutilizados; (iii) o questionamento do planejamento urbano de Curitiba.

E apesar de não haver menção nos discursos dos militantes, a ocupação do Banestado também possui importância simbólica, por ocorrer poucos dias antes da abertura da CPI do Banestado, criada no dia 26 de junho de 2003, com o intuito de investigar as responsabilidades sobre a evasão de dívidas do Brasil para paraísos fiscais. O Banestado era um banco estatal, pertencente ao Paraná e foi desnacionalizado em 2000.

Um ponto importante na fala do militante acima, é a ligação direta entre a ociosidade e o não cumprimento da função social. A ocupação de imóveis vazios é uma das principais práticas políticas implementadas pelo MNLN. Em 2013, durante o encontro municipal do MNLN no Rio de Janeiro, foi lançada a campanha em defesa da Função Social da Propriedade. Como ato de abertura do encontro, foram colados lambes em imóveis vazios localizados na região portuária do município.

FIGURA 1 – CAMPANHA EM DEFESA DA FUNÇÃO SOCIAL

¹⁵ Sem-Teto ocupam antigo prédio do Banestado. Disponível em: <http://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/sem-teto-ocupam-antigo-predio-do-banestado/>. Acesso em 20 de novembro de 2016.

¹⁶ Após a reintegração do Banestado, os militantes seguiram para o Sindipetro, depois para o Diretório Central dos Estudantes da UFPR e, por último, os militantes ficaram por quase um ano, em um galpão localizado no Sítio Cercado.



FONTE: MNLM (2013).

A partir da leitura dos cartazes, dois pontos são observados: (i) para o movimento, o vazio determina o não cumprimento da função social; (ii) o cumprimento da função social também perpassa pela destinação do imóvel para a habitação popular. Essas afirmações também se sustentam na entrevista com o militante do MNLM feito por Ferreira (2014, p.173). Neste o militante descreve:

A gente tinha muito claro que o nosso grande instrumento de luta era a ocupação dos vazios urbano, era obrigar que os imóveis vazios, não utilizados e subutilizados tivessem uma destinação social. (FERREIRA, 2014, p.173)

Há que se salientar, que a destinação social do imóvel, delimitada pelo militante, é a destinação do imóvel para a habitação popular. Este posicionamento do movimento, além de observado nos cartazes acima, também é encontrado em uma reportagem feita pelo Sul21¹⁷, sobre duas ocupações feitas pelo MNLM em Porto Alegre. Na reportagem, uma das lideranças do movimento, descreve que as ocupações foram feitas em imóveis vazios que não cumpriam a sua função social e ao detalhar quais seriam os objetivos das ações, o militante descreve:

¹⁷ Por reforma urbana, movimento ocupa prédios ociosos em Porto Alegre. Sul21, Porto Alegre, 03 de outubro de 2011.

Queremos abrigar as famílias numa área central. Nós que lutamos por reforma urbana não queremos que as pessoas sejam abrigadas no “fundão” das cidades. Todos têm direito à cidade e direito a morar com qualidade de vida. (SUL21, 2011)

A ocupação, portanto, é utilizada pelo MNLM tanto como forma de denunciar a ociosidade do imóvel, como é utilizada como instrumento de pressão para que seja destinado a função social. Ou seja, para o movimento, a destinação do imóvel para outros usos, não determina o cumprimento da função social.

Na UMP-PR, as ocupações são incorporadas dentro das chamadas “ações de rua”, ou seja, são os protestos implementados com o intuito de dar visibilidade pública as demandas do movimento. Na entrevista com o Entrevistado 02, ele ressalta a importâncias das ocupações:

(...) o histórico de maior conquista pela moradia em Curitiba, é através da ocupação mesmo. O maior processo de produção de moradia, é o processo de ocupação na cidade, não são as ferramentas públicas, a Cohapar ou a Cohab, foi o povo mesmo quem construiu essa cidade. (Informação oral.)

Quando questionado sobre quais eram as principais ações utilizadas pelo movimento, para buscar o atendimento das reivindicações do movimento, as ocupações emergiram no discurso do Entrevistado 02, como uma das principais ações utilizadas.

(...) mesmo nos governos anteriores, da Dilma, do Lula, do Fernando Henrique, nosso movimento, no Paraná ou a nível nacional, tem um histórico de ações de rua. De ocupações de prédios públicos, de ocupações de representação do governo, como: a Caixa Econômica, o Ministério, patrimônios da União. Então nós desenvolvemos uma política externa de mobilização das famílias, para... a gente não fala nem em pressionar... a gente fala em sensibilizar o governo federal, estadual e municipal. Sensibilizar o governo para atender as nossas reivindicações. (Informação oral.)

Observa-se que na UMP-PR desde a sua formação com a disputa em torno do SFH, as lutas e reivindicações do movimento são sempre direcionadas diretamente aos governos. E isso é percebido em outros trechos da entrevista, como por exemplo, quando questionado sobre quais eram as principais reivindicações do movimento, o Entrevistado 02 respondeu que a principal reivindicação, era a moradia. Após, quando questionado sobre quais eram as principais barreiras para ao atendimento destas reivindicações, o militante prontamente respondeu: o governo.

E essa resposta reforça o perfil articulador do movimento, ao passo que o diálogo com as diferentes instâncias governamentais é fundamental para o atendimento das demandas do movimento.

Neste sentido, seguindo a agenda de manifestações e protestos promovidos pela UNMP, parte das ocupações implementadas pelo movimento, tem o intuito de sensibilizar as diferentes instâncias governamentais em torno das demandas promovidas pelo movimento e a outra parte tem o intuito denunciar o não cumprimento da função social da propriedade.

(...) algumas ações são à nível nacional. Vamos fazer uma grande manifestação, vamos ocupar, por exemplo: a Caixa Econômica. Nós não temos aqui no Paraná a representação do Ministério das Cidades, então a representação do Ministério das Cidades no Paraná, é a Caixa Econômica. Então com orientação nacional, nós vamos ocupar a Caixa. Então, fazemos uma ação na Caixa. Ou vamos ocupar imóveis que não cumprem a função social, seja privado ou público. Então nos organizamos e ocupamos. (Informação oral)

Sobre quais elementos garantem o cumprimento ou não da função social da propriedade, o Entrevistado 01, delimitou:

Um imóvel, tanto faz público ou privado, que está lá a tantos anos sem ocupação nenhuma. Como por exemplo, o prédio do INSS, na [Avenida] Marechal Deodoro, ele serve como depósito de material dispensável do INSS. Eu conheço esse prédio há 10 anos, mas há testemunhos de moradores, que a mais de 20 anos ele é destinado somente para isso. E ele é um prédio no centro da cidade, vale uma pequena fortuna e cabe lá (...) umas 50 famílias. Este é um exemplo claro, de um prédio público que não cumpre a sua função social. (...). Outro grande exemplo que nós temos, é aquele imóvel da Fazendinha¹⁸, que também sofreu ocupação. É um imóvel particular e que não cumpre a função social. (...) É desta maneira que nós criamos esta concepção de imóveis que cumprem ou não cumprem a função social.

A área localizada na Fazendinha possui cerca de 170 mil m² e é propriedade da Construtora C. R. Almeida. A ocupação pelo movimento iniciou-se no dia 07 de setembro de 2008 e, de acordo com o movimento, “estava vazia e sem utilização social”. (UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR, 2016). A reintegração de posse foi emitida logo após o início da ocupação.

Sobre o imóvel do INSS, citado na entrevista, o imóvel desde 2009 é alvo das ocupações do movimento. Em 2009, com a primeira ocupação, o movimento conseguiu que o imóvel constasse na lista de aquisição do Governo Federal para

¹⁸Bairro de município de Curitiba.

produção de habitação de interesse social. Em 2010, mesmo com a liberação do imóvel para venda, ocorreu a compra de um outro imóvel, após reunião realizada entre a Superintendência do Patrimônio da União, Ministério das Cidades e os movimentos por moradia. Porém, o outro imóvel não era apropriado para programas de habitação de interesse social e este fator motivou a segunda ocupação do prédio do INSS, em 2011.

FIGURA 2 – FACHADA DO PRÉDIO DO INSS



FONTE: TERRA DE DIREITOS (2016)

Em 2015, com a Jornada Nacional de Luta, os movimentos organizaram a terceira ocupação do local. O objetivo da ocupação era a destinação do imóvel para a habitação de interesse social para que, desta forma, ele cumprisse a sua função social. A Jornada Nacional de Luta, foi fruto de uma articulação entre o MNLM, a UNMP, e da Central dos Movimentos Populares (CMP) e da Confederação das Associações de Moradores (CONAM), que se organizou em 20 estados para reivindicar:

- Imediato lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida III, garantindo atendimento para as famílias de 0 a 3 salários-mínimos, faixa I;

- Contratação imediata dos projetos e alocação de recursos para 300 mil moradias no programa Minha Casa Minha Vida Entidades;
- Nenhum corte nos recursos do PAC, garantindo recursos para o transporte público, saneamento básico e urbanização de favelas;
- Em defesa da função da social da propriedade, terra urbanizada e bem localizada para moradia e contra os despejos;
- Em defesa do Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano;
- Contra a privatização das empresas e bancos públicos;
- Contra o PL 4330, contra a terceirização;
- Contra o golpe, em defesa da democracia, por mais direitos sociais e pela reforma política; (CONAM, 2015)

Observa-se que a Jornada se abre como um guarda-chuva, abrangendo as diferentes lutas dos movimentos mobilizados. O motivo é que, desde a formação, os movimentos acima citados mantêm o diálogo entre si e se articulam com outras organizações, constituindo-se em fóruns e redes de permanente interação. (FERREIRA, 2014). Tratando da função social, a categoria se faz presente entre as reivindicações feitas pelos movimentos sociais durante a ocupação, neste momento, ligada à terra urbanizada e a boa localização. Durante a ocupação, observa-se que a reivindicação é incorporada, a partir das bandeiras de lutas promovidas pelo MNLM, ao passo que se verifica tanto a denúncia do imóvel vazio, como também, a reivindicação para que o mesmo seja destinado para a habitação popular. Em reportagem feita pelo Conselho Regional de Serviço Social¹⁹, uma das militantes do MNLM diz: “A gente paga, se for preciso. O que a gente quer é que liberem o prédio vazio para habitação”. Esta frase consolida a constatação feita anteriormente sobre o posicionamento do MNLM sobre o cumprimento da função social, que perpassa pela destinação do imóvel para a habitação popular.

Voltando a UMP-PR, visualiza-se que assim como para o MNLM, o ócio e o vazio são elementos que determinam o não cumprimento da função social, sejam as propriedades públicas ou privadas. Salienta-se que apesar da separação em ócio e vazio e de ambas as palavras constarem no discurso do movimento, o conteúdo é o mesmo, imóveis ou áreas inutilizadas ou subutilizadas.

¹⁹ CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL. Famílias ocupam prédio abandonado no centro de Curitiba. Curitiba, 16 de abril de 2015.

Para entender o papel das ocupações para o MTST-PR, vamos novamente recuperar a fala de um dos militantes durante o Círculo de Estudos da Ideia e da Ideologia, que descreve sobre a formação do movimento em Curitiba.

Com a ocupação, deveria ter também, um fim que era obter vitórias com o movimento. Vitórias que pudessem ser creditadas ao movimento. Para justamente permitir e garantir que as pessoas tivessem um incentivo em se mobilizar e se organizar. (MPM, 2013)

Observa-se que ao contrário do MNLM e da UMP-PR, primeiro, as ocupações tiveram papel fundamental na mobilização inicial do movimento e segundo, os focos das ocupações também divergem dos demais movimentos, uma vez que há no movimento priorização de ocupação em áreas vazias, encontradas em áreas periféricas. A adoção desta priorização deriva da incorporação das linhas políticas do MTST, que busca organizar as ocupações a partir dos locais em que os trabalhadores urbanos vivem: os bairros periféricos. (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO, 2016.)

O movimento também adota a ocupação como estratégia de negociação com o poder público. Essa estratégia é adotada, pois como descrevem os militantes:

(...) com o despejo o que é que sobra? Não sobre nenhum militante. Sobra somente as pessoas desoladas porque elas perderam outra chance de conquistar aquilo que elas estavam ali para lutar. (MPM, 2013)

Uma das primeiras bandeiras de negociação do Movimento tratou-se do Aluguel Social. A proposta do movimento, consistia no pagamento de aluguel social, por no máximo dois anos com valor de um salário-mínimo para famílias que não possuíssem casa própria, que estivessem em situação de emergência e que estivessem cadastradas na Cohab. Para o movimento, as áreas habitacionais em situação de emergência seriam as destinadas à execução de obras de infraestrutura, em situação de calamidade pública, moradia destruída ou interditada, locais de risco definidos pela Defesa Civil, em situação de despejo ou ainda cadastradas em programas de reassentamento há mais de um ano. (MOBILIZA CURITIBA, 2015)



FONTE: MOBILIZA CURITIBA (2015).

No dia 30 de junho de 2015, o projeto de lei foi aprovado pela Câmara Municipal de Curitiba. Contudo, até hoje o projeto não foi regulamentado pelo executivo e segue engavetado.

Como já descrito, o movimento, hoje, possui 4 ocupações localizadas no CIC. Sobre os elementos que influenciam na escolha dos locais de ocupação – para além das áreas periféricas – observa-se que o não cumprimento da função social emerge no discurso do movimento. Em uma nota do movimento, sobre a ocupação de um terreno em São José dos Pinhais. No conteúdo da nota, o movimento descreve que “o terreno, segundo informações, pertence à Prefeitura Municipal e se encontra desocupado há anos, completamente vazio, em claro descumprimento à sua função social”. Observa-se que o vazio novamente é acionado como forma de demonstrar o não cumprimento da função social. Como nos movimentos anteriores, o cumprimento da função social ocorre na transferência do terreno para a habitação popular, como pode ser observado no trecho no texto do movimento:

Para a Coordenação do MPM, o imóvel ocupado cumprirá sua função social se abrigar famílias que vivem em áreas de risco, moradias precárias e sem condições de pagar os aluguéis(...) (MPM, 2014)

Desta maneira, através da análise dos três movimentos, observa-se que o vazio é um dos principais elementos que determinam o não cumprimento da função social da propriedade. A ocupação, faz parte de um repertório de luta desses movimentos, que busca demonstrar que a propriedade pode cumprir, efetivamente, sua função social. Neste sentido, para os movimentos, são passíveis de ocupação, imóveis ou áreas inutilizados ou subutilizados, encontrados no espaço urbano à espera de valorização imobiliária. O cumprimento da função social, porém, não se determina somente pela destinação do imóvel ou área à um uso, mas sim pela destinação para a produção de habitação popular. É necessário salientar que para esses movimentos, o acesso à moradia digna é o caminho para garantir sua plena existência dentro da cidade. Por isso ocupar e existir, parafraseando a bandeira “Ocupar e Resistir”, já tão utilizada pelos movimentos, pois à ocupação é uma maneira de trazer à luz sobre essa população que tem a sua existência, em certa medida, negada dentro do espaço urbano, a partir de processos de espoliação e segregação urbana. Neste sentido, observa-se que a propriedade tem, na concepção dos movimentos, a natureza jurídica do bem social, pertencente à sociedade e que se utiliza dela como instrumento para garantir a diminuição das imensas desigualdades sociais que são encontradas no espaço urbano.

4. NÓS, VÓS, ELES. À QUEM SE DIRIGE O DISCURSO DOS MOVIMENTOS?

O discurso não é simplesmente uma mensagem repassada entre um emissor e um receptor. Considerando a linguagem como uma ligação entre o homem e a sua realidade social. O discurso é esta ligação, ao passo que é através das práticas discursivas, que o homem se insere ao mundo e tem a possibilidade de significar e significar-se. (PIOVEZAN, et al, 2006)

Através do discurso, se abre a possibilidade tanto da transformação e do deslocamento, quanto da permanência e da continuidade, entre o homem e a realidade no qual ele se insere. Através do discurso – verbalizado e escrito – observa-se a realidade das pessoas, suas histórias, a sociedade em que vivem e a ideologia que as conformam. Ainda, de acordo com Orlandi (2003, p.09), há a presença dos signos do cotidiano, através dos quais se estabelecem o comprometimento com os sentidos e o político. As práticas discursivas, portanto, são meios de argumentação, de subjetivação, de construção da realidade e também de identificação de sujeitos. A construção do discurso, para Orlandi (2003), é fruto destas relações e seus sentidos e efeitos são múltiplos.

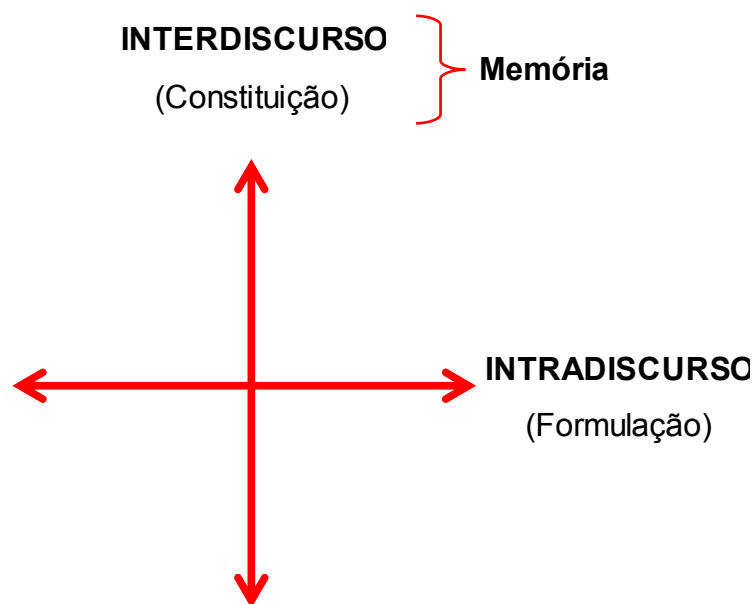
Observa-se, portanto, que o processo de construção do discurso, decorre de uma íntima relação entre o que já foi dito e o que é dito neste momento, ou, em outras palavras, a partir da constituição entre o sentido (memória) e a sua formulação (contemporaneidade). Esses processos, são conhecidos como interdiscurso e intradiscurso.

O interdiscurso está profundamente ligado à memória, ao que já foi dito antes e em um lugar independente. De acordo com Orlandi (2003, p.31), é a chamada memória discursiva, que torna possível todo dizer. Ainda de acordo com a autora, o fato de existir um já-dito, que possibilita a sustentação do dizer, é indispensável para a compreensão do funcionamento e construção do discurso e a sua relação com os indivíduos e a sua ideologia. E, principalmente, é através do interdiscurso que emergem os dizeres que afetam a maneira como o indivíduo significa o discurso em determinadas situações.

É no interdiscurso, que acontece a estratificação de formulações que já foram feitas e que vão sendo esquecidas ao longo da construção dos sentidos. O esquecimento ideológico, já citado neste trabalho, é construído no interdiscurso. Neste sentido, como descreve Orlandi (2003, p. 52), apesar de termos a “ilusão de

que somos a origem do que dizemos”, nós discursamos aquilo que trazemos em nossa memória, a partir da nossa historicidade, ideologia e subjetividade. O intradiscurso é o como e para quem formulamos e dirigimos nosso discurso na atualidade.

Representando em um quadro esquemático, teríamos o interdiscurso em uma linha vertical, que seria a linha da constituição e da memória com todos os dizeres já-ditos e esquecidos. E no eixo horizontal, teríamos o intradiscurso, que seria a linha da formulação, com o que estamos dizendo neste momento, de acordo com as condições dadas. (ORLANDI, 2003, p.32)



A função social, portanto, é tanto encontrada no interdiscurso como no intradiscurso dos movimentos sociais. No interdiscurso, ele é constituído a partir das relações dos movimentos com a construção coletiva da categoria através da bandeira da reforma urbana. A ligação com a reforma urbana é observada em todos os movimentos aqui analisados. No MNLM, quando o Entrevistado 01, é questionado sobre como o movimento atua para buscar o atendimento de suas reivindicações, ele descreve: (...) a gente procura fazer seminários, encontros e participar dos debates da reforma urbana. (Informação oral.). Na UMP-PR, a reforma urbana consta como um dos objetos de luta na descrição do movimento encontrada em seu *site*. No MTST-PR, também, é encontrado na descrição do movimento, a luta pela reforma urbana.

A trajetória de luta pela reforma urbana, tem início na década de 1960, a partir do primeiro Seminário de Habitação e Reforma Urbana (SHRU), ocorrido em 1963,

no Hotel Quitandinha no Rio de Janeiro. O SFHU foi promovido pelo Instituto de Arquitetos do Brasil, com o apoio do governo federal, através do Instituto de Pensões e aposentadoria dos Servidores do Estado (IPASE). Ao final do Seminário originou-se um documento, que posteriormente foi publicado pela Revista Arquitetura n15 de 1963.

A partir da leitura dos pressupostos, princípios e afirmações, observa-se que o documento era fortemente sustentado em torno da habitação, mas também, como delimita Bassul (2004, p.21) já “defendia preceitos de uma maior justiça social no território das cidades”. O documento foi bem recepcionado dentro do campo político, pelo então presidente João Goulart, tendo em vista que parte de sua mensagem²⁰ encaminhada ao Congresso Nacional em 1964, faz menção aos resultados alcançados pelo SHRU.

Porém, comparando com a reforma agrária, o documento não ganhou a mesma repercussão. De acordo com Bassul (2004, p.24), a não participação de organizações sociais no processo de formulação do documento e o grande enfoque em soluções estruturadas a partir da questão técnica e sem “menção a processos participativos”, influenciaram na baixa repercussão popular em torno do movimento. Ribeiro (1988, p.87) também assinala que, apesar do documento trazer a luz a necessidade da intervenção governamental no espaço urbano, não foi incluída nenhuma ação ou medida entre as reformas de base definidas pelo governo de João Goulart em 1964.²¹

Com o golpe militar ocorrido em 1964, as bandeiras da Reforma Urbana foram adormecidas, retornando de maneira gradual, entre as décadas de 1970 e 1980, período em que os movimentos sociais passam a ganhar um pouco mais de visibilidade e conseguem construir discursos e práticas sociais autônomas. Neste período, a Igreja Católica, lançou o documento “Ação Pastoral e o Solo Urbano”,

²⁰“No que diz respeito ao exame do problema para a definição de princípios que deverão orientar a ação do poder público no âmbito nacional, cumpre citar o Seminário de Habitação e Reforma Urbana levado a efeito sob os auspícios do Instituto de Previdência e Assistência aos Servidores do Estado (IPASE), com a colaboração do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB), cujas conclusões constituíram subsídio valioso para a fixação dos rumos que o Governo pretende imprimir a esse setor” (GOULART, 1964, P.199-200)

²¹Observa-se que apesar de se fazer presente na Mensagem ao Congresso Nacional, a questão da Reforma Urbana, não faz parte do discurso efetuado por Jango no dia 13 de março de 1964, que ao final enfatiza: “Não apenas pela reforma agrária, mas pela reforma tributária, pela reforma eleitoral ampla, pelo voto do analfabeto, pela elegibilidade de todos os brasileiros, pela pureza da vida democrática, pela emancipação econômica, pela justiça social e pelo progresso do Brasil”. (GOULART, 1964b).

aonde defendia a função social da propriedade urbana, o que contribuiu e deu visibilidade para a luta dos movimentos sociais.

Em 1987, foi criado o Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU), que incorporava o ideal de cidades para todos. O MNRU, no processo da Constituinte, foi o responsável pela articulação entre grupos heterogêneos para a construção da Emenda Popular da Reforma Urbana.

Para Saule Jr. e Uzzo (2009), a bandeira da reforma urbana, não se consolida somente na articulação e unificação dos movimentos sociais através da plataforma da urbana, mas também na crítica direta à desigualdade espacial encontradas nas cidades brasileiras. Com isso, houve a construção de um projeto que reivindicava uma nova cidade e que propunha a quebra dos privilégios no acesso à cidade.

Durante o processo da constituinte, a participação social foi incentivada a partir do estabelecimento no regimento interno da utilização da iniciativa popular para a elaboração de emendas para o projeto da Constituição Federal de 1988. A proposta da Emenda da Reforma Urbana, feita pelo MNRU, reuniu 131 mil assinaturas, foi acolhida e apresentada no dia 19 de agosto de 1987, pela arquiteta Ermínia Maricato no Plenário da Assembleia Nacional Constituinte.

Após a constituinte, o MNRU transformou-se em Fórum Nacional da Reforma Urbana, que se trata de uma articulação de atores coletivos que envolve movimentos populares, organizações não governamentais, entidades de ensino e estudantis, associações de classe e instituições de pesquisa. Este grupo passa então a se articular para a regulamentação dos instrumentos contidos no capítulo da reforma urbana.

As principais bandeiras que consolidam através da reforma urbana são: o direito à cidade, a função social da propriedade e a gestão democrática. Como descreve Faria (2012, p.10), a consolidação destas bandeiras ocorre através de um complexo processo político, que permeou por diferentes estratégias, escolhas e investimentos políticos adotados pelo movimento ao longo de sua formação.

A questão da função social da propriedade, ainda é construída e debatida pelo movimento, como se observa na “Campanha pela Função Social da Cidade e da Propriedade”, criada pelo FNRU em 2016. Como o movimento destaca em seu *site*:

A luta dos movimentos pela reforma urbana, em especial a dos movimentos de moradia, tem sido, dentre elas, a denúncia da

especulação imobiliária, por meio da legítima ocupação desses imóveis ociosos, para dar-lhes uma função social: a de moradia. (FÓRUM NACIONAL DA REFORMA URBANA, 2016)

Este trecho demonstra a ligação dos movimentos citados com o FNRU, uma vez que, como já observado no capítulo anterior, a ociosidade para esses atores coletivos, é o elemento que determina o não cumprimento da sua função social e que o cumprimento ocorre após a destinação do local para a habitação popular. No MNLM e na UMP-PR, que são diretamente ligados ao FNRU e que inclusive participam da campanha da função social, observa-se uma maior incorporação do discurso do FNRU em suas ações e discursos. No MTST-PR, apesar da não ligação com o FNRU, na construção da função social, há uma incorporação dos elementos acima citados, a diferença, é com o foco do movimento são áreas vazias em regiões periféricas da cidade.

A constituição da função social da propriedade no interdiscurso dos movimentos sociais, portanto, possui relação com a ligação destes atores coletivos com a reforma urbana, seja através do FNRU ou dos pressupostos que são construídos pelo fórum. Desta forma, a função social faz parte da memória discursiva dos movimentos. De acordo com Pêcheux (1999), a memória discursiva é um elemento do interdiscurso, uma vez que algo é falado em outro local, algo “já dito”, que continua presente em nossos discursos. Ou seja, a função social, não é construída pelos movimentos aqui analisados através de suas ações ou práticas políticas, ele é incorporado ao discurso dos movimentos através de suas ligações com a bandeira da reforma urbana. Por mais que o MNLM e a UMP-PR sejam ligadas ao FNRU ou a campanha pela função social, a construção da função social, ocorre nessa ligação e não em suas ações. A construção difere entre os movimentos derivado dos diferentes objetos de luta, entre o MNLM e o MTST-PR, por exemplo há a diferença entre os locais passíveis de ocupação, para o primeiro, o foco são imóveis vazios em áreas centrais, enquanto que para o segundo, o foco são as áreas periféricas, que de acordo com a ideologia do movimento, são onde se concentram os trabalhadores urbanos sem – teto.

A importância de fixar a função social da propriedade como um elemento do interdiscurso do discurso promovido pelos movimentos, é a possibilidade de se analisar em que momento ela é acionada no intradiscurso, ou em outras palavras, como e para quem a categoria como um elemento do interdiscurso se faz presente

na formulação do discurso do movimento. Fixamos, portanto, que a partir da ligação dos movimentos com a bandeira da reforma urbana, há na construção da função social, a denúncia de imóveis e terrenos vazios à espera de especulação imobiliária. No caso de imóveis públicos, a especulação imobiliária não incide sobre o vazio, porém, ainda sim, são alvos dos movimentos, pois o vazio demarca o descumprimento da função social. O cumprimento da função social, no entanto, não se estabelece através da destinação a qualquer uso, mas sim, na transferência para habitação popular. Esta é a construção da categoria no interdiscurso, ou seja, é a sua constituição, o próximo passo é observar em quais momentos ela é acionada no discurso e a quem se destina.

Durante a entrevista com os militantes, foi questionado sobre como o movimento mobiliza a coletividade para a participação do movimento. A intenção era observar se a função social, era um dos elementos acionados neste momento. No discurso do Entrevistado 01²², emerge a dificuldade em se mobilizar a coletividade quando há o incentivo e o aumento do consumo a partir de ações do governo. Para o militante, as facilidades ao crédito e aos bens de consumo desmobilizam a luta. Apesar de o militante não descrever os elementos que são mobilizados para a coletividade, quando descreve o consumo, a falta de renda e a dificuldade no acesso aos bens, demonstra que a mobilização acontece através da luta pelo acesso à moradia e a melhores condições de vida. Desta forma, quando o militante assinala a dificuldade na mobilização ao longo dos últimos anos, trata-se do período do governo Lula e Dilma, aonde foram implementadas diversas políticas de combate à pobreza e de aumento do consumo. Um exemplo, como cita Maricato (2011, p.42) foi reajuste nominal de 155% do salário-mínimo e aumento real de 73% (acima da taxa de inflação calculada pelo INPC/IBGE) entre janeiro de 2003 a março de 2010. A função social, porém, não é citada pelo militante.

²²(...) lá no início do movimento e até no final da década de 90, era mais fácil da coletividade ser mobilizada. (...). Na dificuldade da maioria do povo, que tem mais dificuldade no acesso aos bens e a renda. Quando tem essa dificuldade, é mais fácil de mobilizar para a luta imediata. Como se diz, quanto mais dificuldade se tem, se tiver organização, você consegue ter mais solidariedade e tem mais gente lutando para sair daquela miséria. Então naquele momento [década de 90], foi mais fácil de mobilizar. Porque não era só a casa, era por acesso a trabalho, era para ter o mínimo de renda para se alimentar. Então a partir disso, você fazia a mobilização, fazia as pessoas entenderem o porquê estavam naquela situação. (...) no último período, ficou mais difícil. Porque nos últimos 10 ou 15 anos, o acesso ao consumo melhorou. Mesmo sabendo que ainda existe miséria em alguns lugares, o acesso ao consumo melhorou. E com isso, se tomou mais difícil movimentar a coletividade. (Informação Oral.)

Na UMP-PR, o Entrevistado 02²³, ressalta que não há uma fórmula preestabelecida para a mobilização da coletividade, no entanto descreve que a relação do movimento no ato de mobilização é direta com a comunidade e que após a entrada dos sujeitos no movimento, há um processo de formação destes novos militantes, com o intuito de introduzi-los na luta do movimento. A função social, novamente, não é citada no discurso do militante.

No MTST-PR²⁴, em um vídeo institucional do movimento, há a entrevista com vários assentados de suas ocupações, descrevendo a diferença entre invasão e ocupação. Há, porém, uma grande diferença entre a análise do MTST-PR e dos demais movimentos, pois nele fazemos a análise a partir das falas dos assentados e não dos militantes principais e, além disso, eles não foram entrevistados, logo a construção discursiva deles, os elementos do interdiscurso que são mobilizados, não são direcionados a mim, como nos demais entrevistados. Desta forma, através dos discursos dos assentados eles ressaltam que em uma invasão não há um grupo organização, não há regras ou normas, enquanto que na ocupação, existem regras e normas e, ainda, há uma organização. Esta organização, na concepção dos assentados, é fundamental para a conquista da moradia. Como a função social não emerge no discurso dos assentados, pode-se assinalar que a categoria não é acionada como mobilizadora da coletividade.

Constata-se que no discurso efetuado na mobilização da coletividade, a função social não é categoria acionada em nenhum dos movimentos analisados. A luta pela moradia é um dos principais elementos que emerge no discurso sobre a mobilização da coletividade.

Nas práticas políticas, a função social é utilizada pelos movimentos, como forma de legitimação ou como forma de reivindicação. Na legitimação, a categoria é acionada como forma de comprovar a legalidade da ocupação. No MTST-PR, é

²³ É fazendo reunião nas comunidades carentes, nós não temos um método específico: “Ah, vamos na tal vila e fazer da seguinte forma”. Nós temos uma relação com diversas lideranças e essas lideranças, nas diversas comunidades é que fazem essa articulação. Não temos, por um exemplo, um grupo de associações de moradores de Curitiba. Não, nós somos um movimento que agrega é claro, associações de moradores e outras entidades, mas que tem o objetivo na luta pela moradia. Então nossa relação, é uma relação direta com a comunidade e as pessoas vem aqui e fazem o cadastro. Se organizam e fazemos um processo de formação dessas famílias, para elas entenderem qual é o nosso processo de luta e que não é somente a conquista da moradia através do programa minha casa minha vida, mas que existem outros métodos de conquista da moradia. (Informação oral.)

²⁴ Vídeo Institucional do MPM – Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=Q0JsBYaGiGc&list=PLSe2Eyvq8E9ovAmk9p7bdiu7Czh-GhKGQ&index=2>. Acesso em 25 de novembro de 2016.

possível observar esta utilização no trecho já citado no capítulo anterior. O movimento ao descrever que a ocupação ocorreu em uma área abandonada, delimita que ela estava em “claro descumprimento da função social”. Na UMP-PR, durante a ocupação na área localizada no bairro da Fazendinha, a categoria também é acionada como forma de garantir a legitimidade da ocupação. Para o movimento, a área estava “sem uso e sem destinação social”. A similaridade entre os discursos decorre no fato de que ambas as ocupações se encontravam na eminência da reintegração de posse e, também, era áreas de incorporadoras imobiliárias. No caso do MTST-PR, a ocupação ocorreu no dia 20 de setembro de 2014 e a reintegração no dia seguinte. Na UMP-PR, a ocupação teve um período pouco mais prolongado, a ocupação se iniciou no dia 08 de setembro de 2008 e a reintegração ocorreu no dia 23 de outubro de 2008. A categoria é acionada nos discursos de legitimação das ocupações²⁵, com o intuito de reverter a reintegração de posse.

Na forma de reivindicação, a função social é acionada no pedido de transferência do imóvel ou da área para a habitação popular. Como se observa nos cartazes do MNLN, quando o movimento denuncia o descumprimento da função social através do vazio, ao mesmo tempo eles reivindicam o imóvel para a habitação popular. A reivindicação, portanto, não é somente pelo cumprimento da função social, mas também pela habitação popular. Na ocupação do Banestado, o discurso do militante delimita que na falta de políticas habitacionais direcionadas à população de baixa renda, os imóveis ociosos deveriam cumprir a sua função social e serem destinados à habitação popular.

No discurso, duas formações imaginárias atuam na sua construção. Uma delas é a antecipação, que como descreve Orlandi (2003, p.39), é a capacidade que temos de nos colocar no lugar de nossos interlocutores. Ou seja, antecipamos aos nossos interlocutores quanto ao sentido que as nossas palavras produzem. A partir deste elemento, se abre a possibilidade de que determinados elementos do

²⁵ MOVIMENTO POPULAR POR MORADIA. **MPM ocupa terreno vazio em São José dos Pinhais.** Disponível em: <https://mpmcuritiba.wordpress.com/2014/09/20/mpm-ocupa-terreno-vazio-em-sao-jose-dos-pinhais/>. Acesso em 10 de dezembro de 2016.

UNIÃO NACIONAL POR MORADIA POPULAR. **Despejo na Ocupação no bairro Fazendinha em Curitiba.** Disponível em: http://www.unmp.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=210:pr-despejo-na-ocupacao-no-bairro-fazendinha-em-curitiba&catid=56:noticias-dos-estados&Itemid=76. Acesso em 10 de dezembro de 2016.

interdiscurso sejam acionados, quando os movimentos antecipam quem serão os sujeitos aos quais serão direcionados os discursos.

Outro elemento, é a relação de forças, que de acordo com Orlandi (2003, p.39), “podemos dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz”. Ou ainda, como delimita a autora, partindo do princípio de que a nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas ou de força, a sustentação no poder desses diferentes lugares, se fazem valer na comunicação.

Estas formações imaginárias são perceptíveis nos discursos dos movimentos sociais. Partindo das relações de forças existentes no direito à propriedade e no provimento da habitação popular, através da antecipação, os movimentos acionam a função social. Quando os movimentos mobilizam a função social no discurso de legitimação, há uma antecipação ao pedido de reintegração de posse. Neste sentido, o discurso de legitimação é direcionado, principalmente, ao núcleo jurídico, pois ele é o responsável pela ação possessória. Essa mobilização, deve-se ao fato de que a função social da propriedade é uma categoria jurídica do direito. A propriedade, como descreve Grossi (2006, p.06):

(...) é sempre um mínimo de pertencimento de poderes exclusivos e dispositivos conferidos a um determinado sujeito pela ordem jurídica. Falar sobre propriedade, mesmo que no plural, é ficar bem fechado no nicho de uma cultura do pertencimento individual. (GROSSI, 2006, p.06)

O autor, portanto, descreve que a construção da propriedade na modernidade é estritamente ligada à individualidade, desta maneira quando retornamos ao quadro esquemático sobre a construção da propriedade, percebermos que essa ligação é indispensável para a realização da subjetivação da propriedade. Ao passo que, como descreve Alves (2016, p.265), é através da subjetivação resultante do estabelecimento da propriedade privada que o valor do trabalho incerto sobre este produto se torna essencial para a realização dele no mercado. Pois, considerando que determinados produtos não podem ir por si só ao mercado, são criados determinados “guardiões” que se responsabilizam pelo estabelecimento das relações entre esses produtos e as pessoas. (MARX, 1978)

Na propriedade privada, quem garante a sua individualização é o sujeito jurídico, criado para garantir tanto o estabelecimento da posse, quanto a perfeição no ato da troca ou conquista desse bem. Para Alves (2006, p.266), pode-se afirmar que há uma ligação entre o fetiche da mercadoria e o fetiche do direito da

propriedade, pois à propriedade privada ou o direito à propriedade privada, se constitui em um regime político, social e econômico, que para garantir o seu funcionamento se realiza um fetiche de atribuir, “ora ao sujeito, ora a coisa, poderes especiais de exclusão e equivalente disponibilidade de troca”. Nos discursos de legitimação das práticas políticas, principalmente das ocupações, a função social é mobilizada e dirigida ao núcleo jurídico pois ele é o responsável pela construção das estruturas normativas que resguardam o direito à propriedade. Portanto, apesar da função social significada pelos movimentos, ser divergente do que se encontra na Constituição Federal de 1988, a categoria, a partir da relação de forças, ela é acionada por ser uma categoria jurídica.

O Estado, é o principal destinatário dos discursos de reivindicação, ao passo que ele ainda é o principal agente na provisão de habitação popular. Como por exemplo, a partir da implementação do Minha Casa Minha Vida – Entidades, se abre a possibilidade da construção de moradias através de cooperativas habitacionais, associações e demais entidades privadas sem fins lucrativos. Desta forma, os movimentos passam a se organizar com o intuito de que determinadas áreas e imóveis sejam destinados ao programa.

No caso do MNLN esta afirmação é observada no trecho da entrevista realizada por Ferreira (2014, p. 173), com uma das lideranças do MNLN à nível nacional, nesta, a reivindicação da função social como forma de reivindicação de investimentos no MCMV- Entidades é explicitamente verbalizada:

(...) Mas, hoje, a nossa principal bandeira que é a função social da propriedade e da cidade, por conta da reforma urbana, acaba, na prática, virando uma briga por maiores investimentos no MCMV – Entidades. (FERREIRA, 2014, P.173)

A reclamação ao Estado no provimento de habitação, também é observada na UMP-PR, no seu texto de apresentação encontrado no site do movimento. Lá o movimento descreve que em torno de seus princípios comuns se traduzem as suas reivindicações e lutas concretas, que dirigidas ao poder público nas três esferas de Governo.

No MTST-PR, o Estado, nas três esferas também é o principal destinatário no discurso do provimento habitacional, ao passo que o movimento luta para que as ocupações promovidas sejam enquadradas no MCMN- Entidades. Esta ação é ligada a atuação nacional do MTST, ao passo que uma das ações políticas do

movimento foi a ocupação²⁶ do Ministério das Cidades, com a reivindicação de investimentos da terceira fase do MCMV-Entidades.

Constata-se, portanto, que a função social é construída pelos movimentos através da ligação com as bandeiras da reforma urbana. O conteúdo da categoria foi construído ao longo do período com o intuito de reverter a falha sistêmica na produção habitacional. Desta forma, o vazio é um dos principais elementos denunciados pelos movimentos, como forma de descumprimento da função social. Desta forma, observa-se que a categoria é mobilizada nos discursos de legitimação das ocupações e também nos discursos de reivindicação das áreas e imóveis vazios para a habitação popular. Nos discursos de legitimação, o principal destinatário dos discursos é o núcleo jurídico, no ato de reintegração de posse. Enquanto que nos discursos de reivindicação, o principal destinatário é o Estado, pois observa-se que ele é o principal agente reclamado no provimento de habitação popular. No discurso de mobilização da coletividade, a função social não emerge como um dos elementos acionados.

²⁶ REDE BRASIL ATUAL. MTST ocupa Ministério das Cidades para exigir Minha Casa Minha Vida 3. Disponível em: <http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2015/03/mtst-ocupa-ministerio-das-cidades-para-exigir-lancamento-do-minha-casa-minha-vida-3-924.html>. Acesso em 15 de dezembro de 2016.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Harvey (1982, p.08) ao tratar sobre as relações entre o capital, o trabalho e os conflitos de classe em torno do ambiente construído, delimita que:

A força de trabalho necessita de espaço para viver. A terra é, portanto, uma condição de vida para a força de trabalho, da mesma maneira que é uma condição de produção para o capital. O sistema de propriedade privada que exclui o trabalho da terra como condição de produção também serve para excluir o trabalhador da terra como condição de vida. (HARVEY, 1982, p.08)

Neste trecho do autor, observa-se que há a sintetização dos processos de constituição da propriedade descritas neste trabalho. A produção e reprodução do direito à propriedade é uma necessidade do modo capitalista de produção, que se conforma em torno de processos de objetificação, apropriação e subjetivação do trabalho. Ela é transformada em uma barreira na luta pela moradia, através dos processos de objetificação da propriedade e da apropriação do objeto por outro, se não pelo próprio trabalhador que empenhou sobre a terra sua força de trabalho. No espaço urbano essa separação retira do trabalhador a possibilidade de se realizar plenamente enquanto cidadão daquele local. No discurso do Entrevistado 01, a propriedade como condição de vida, é um dos elementos encontrados no questionamento da propriedade privada, feito pelo MNLM. No trecho da entrevista o militante descreve que: E a gente acha que a terra tem que ser para quem realmente precisa dele para viver. (Informação oral.) Desta forma, a propriedade também é o alvo dos movimentos sociais, pois a garantia do direito à moradia, perpassa pelo direito à propriedade, seja ela individualizada ou coletiva.

Esta afirmação é evidenciada na campanha do FNRU sobre a função social da propriedade. Nela, um dos objetos descritos é a luta pela propriedade coletiva, à exemplo do que ocorre em outros países da América Latina, como no Uruguai. Desde 1969, através da n. 13.728, no Uruguai, as propriedades coletivas são reconhecidas através das cooperativas habitacionais. A abertura desta discussão por movimentos brasileiros, demonstram que a luta pela moradia é ampla e tem o questionamento do direito à propriedade como um dos seus principais objetos de luta. Não se trata de negação da propriedade privada, mas sim, da luta em torno da possibilidade de ter o imóvel. Portanto, se para os titulares da propriedade ainda é garantido direito da posse independente do uso, os movimentos lutam pelo direito e pela flexibilização da posse e pelo questionamento sobre o uso.

O uso do imóvel ou da terra, para os movimentos é um dos elementos principais que determinam o cumprimento ou não da função social da propriedade urbana. Para estes atores coletivos, a concepção de propriedade é tida como um bem maior da coletividade e deve estar voltada aos interesses sociais. Em outras palavras, os movimentos significam na propriedade privada uma função social e isso difere da concepção jurídica. O vazio emerge nos discursos como o principal elemento que determina o não cumprimento da função social da propriedade. Há de se salientar, que a partir da metodologia utilizada neste trabalho com a separação entre o interdiscurso e o intradiscurso e da cristalização de que grande parte dos discursos analisados são direcionados ao entrevistador, denota-se a possibilidade de quem em outros espaços, outros elementos sejam inseridos no discurso dos movimentos como garantia do cumprimento ou não da função social.

Outro ponto observado, é que apesar de o vazio ser um elemento que determina a função social da propriedade, para os movimentos, seu cumprimento só é plenamente estabelecido a partir da destinação do imóvel ou da terra para habitação popular. E neste sentido, observa-se que há dentre as práticas políticas dos movimentos, dois tipos de ocupações: as ocupações para morar e as ocupações para pressionar.

Ou seja, nem todas as ocupações têm como objetivo final a destinação do local para a habitação. Como descreve Tatagiba (et al, 2012), há no repertório de ação dos movimentos as ocupações breves de edifícios públicos que são promovidas com o intuito de pressionar o poder público no provimento de habitações. Essas ocupações também são visualizadas nos movimentos aqui analisados, como, por exemplo, no trecho da entrevista do Entrevistado 02, quando ele descreve a ocupação de instituições públicas a partir da definição da agenda nacional do movimento. Nesses casos, não se observa a presença da função social da propriedade como forma de legitimar a ocupação, a categoria emerge nas ocupações que são promovidas como o intuito final de destinar aquele espaço para habitação, como prédios ou áreas ociosas. Contudo, a disputa do movimento não se encerra somente no espaço ocupado, uma vez que, observa-se que há a negociação de outros espaços como garantia de desocupação.

Sobre a quem se dirige o discurso, a opção metodológica em separar o discurso em interdiscurso e intradiscurso, nos permite afirmar que a função social é

elemento presente na memória discursiva dos movimentos sociais analisados neste trabalho. A constituição da função social deriva da ligação dos movimentos com a bandeira da reforma urbana. O MNLM e a UMP-PR possuem ligação direta com o FNRU e, portanto, à construção mais alinhada com o fórum. O MTST apesar de não ser ligado ao FNRU, também incorpora o conteúdo da categoria. E apesar das diferentes construções em torno dos objetos de luta, a categoria construída através do interdiscurso dos movimentos é ligada às discussões ocorridas desde a década de 1970, em torno da destinação de imóveis ou áreas abandonadas com o intuito de reverter processos como os vazios urbanos e a espoliação urbana. No intradiscurso, a categoria, no entanto, não se faz presente nos discursos de mobilização dos movimentos, neste caso, elementos como direito à cidade e a luta por direitos ou por moradia são acionados. Observa-se que por tratar de direitos que historicamente foram negados à determinadas populações, estes elementos, são centrais nos discursos de mobilização. Neste sentido, a categoria é acionada, principalmente, como forma de legitimação das ocupações e de reivindicação de habitação popular. Nos discursos de legitimação da ocupação, observa-se que a categoria é acionada através das relações de forças existentes entre o direito à propriedade e o núcleo jurídico. Este é o sujeito jurídico que determina a ação possessória e, portanto, a função social é acionada na eminência da reintegração de posse, como forma de legitimar a ocupação. Nos discursos reivindicatórios, a categoria é acionada como forma de transferência do imóvel ou da área ocupada, para a habitação popular. Neste sentido, o discurso é direcionado principalmente ao Estado, pois este, ainda é o principal agente responsável pelo provimento de habitação popular. Em linhas gerais, a função social é acionada principalmente nos discursos direcionados ao núcleo jurídico e ao Estado.

Apesar da separação entre os agentes que são direcionados os discursos dos movimentos sociais, o Estado e o núcleo jurídico se apoiam mutuamente na construção dos pilares da sociedade civil (MASCARÓ, 2013). O núcleo jurídico, se encontra em um complexo que envolve o sujeito de direito, junto ao direito subjetivo do dever e do poder e encontra no Estado, o elemento necessário para a constituição e garantia de determinadas dinâmicas, dentro da economia capitalista. Neste sentido, o Estado se diferencia dos outros poderes pois se válida de competências que são absorvidas das normas jurídicas. Desta forma, se tratando da

propriedade, o Estado intervém na sociedade não somente para assegurar o direito à propriedade, mas também para construí-la em favor ou não de determinados indivíduos, grupos ou classes. Há, portanto, por parte dos movimentos a consciência de que a luta pela moradia perpassa através do Estado e do núcleo jurídico, por isso a mobilização da função social é encontrada nos discursos direcionados a estes dois atores. Desta forma, os movimentos significam a categoria de maneira particular, a partir da concepção da terra como um bem social.

Para além, a conclusão deste trabalho, acontece em um momento de forte criminalização dos movimentos sociais por parte do Estado. E, portanto, reforça-se a necessidade de assinalar que a luta dos movimentos sociais, são legítimas na construção de um espaço urbano com menor desigualdade social e com a concretização de direitos. Este trabalho demonstra que a função social da propriedade é um dos recursos encontrados por estes movimentos, para que as suas demandas sejam atendidas e incorporadas pelo Estado. As ocupações também ocorrem como estratégia de sensibilização e pressão sobre o Estado, diante da falha sistêmica no provimento de habitações para populações de baixa renda e que historicamente tem e tiveram os seus direitos à moradia digna e do acesso à cidade negados.

Desta forma, a função social possui papel especial na formação, nas práticas políticas e nos discursos destes movimentos, pois além de ser categoria jurídica existente na Constituição Federal, é uma das categorias acionadas coletivamente para legitimar, reivindicar e concretizar as lutas de movimentos sociais em vista da superação das desigualdades.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, A. F. **A questão habitacional em Curitiba: o enigma da “cidade modelo**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2007
- BASSUL, J. R. **Estatuto da Cidade: Quem ganhou? Quem perdeu?** Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília. Brasília, 2004
- BERNARDES, L. **Política Urbana: uma análise da experiência brasileira**. Análise e Conjuntura. North América, 1.1, 13 09 2007. Publicado originalmente em 1986. Disponível em: <https://pt.scribd.com/doc/313737737/05-Lysua-Bernardes-Politica-Urbana-Uma-Analise-Da-Experiencia-Brasileira>. Acesso em 28 de junho de 2016
- BERTOL, L. E. **Terra e habitação: o problema e o falso problema> as políticas de obscurecimento do preço da terra na política habitacional em Curitiba**. Dissertação (Mestrado) Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – Universidade de São Paulo. São Paulo, 2013.
- BIHR, A. Da grande noite à alternativa: o movimento europeu em crise. São Paulo: Boitempo. 1998.
- CARDOSO, A.L. Vazios Urbanos e função social da propriedade. In FERREIRA, R. F. C., BIASOTTO, R. C. (org.). **Políticas públicas e direito a cidade: Política habitacional e o direito à moradia digna**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. Disponível em: http://www.observatoriodasmetroles.net/download/caderno_didatico02.pdf. Acesso em 18 de junho de 2016.
- COSTA, F. C. A função social da propriedade e a implementação do parcelamento ou uso compulsório no município de São Paulo. In: **Anais XVI Enanpur**, Belo Horizonte 2015
- ENGELS, F. **Sobre a questão da moradia**. São Paulo: Boitempo, 2015.
- FARIA, J. R. V. de. **PLANOS DIRETORES PARTICIPATIVOS: a razão consensual no discurso da reforma urbana**. Tese (Doutorado) – Instituto de Planejamento Urbano e Regional – Universidade Federal do Rio de Janeiro. – Rio de Janeiro, 2012
- Federação das Associações de Bairro do Estado do Paraná**. Disponível em: <http://famoparms.blogspot.com.br/>. Acesso em 25 de outubro de 2016.
- FERREIRA, R. F. C. F. **Autogestão e habitação: entre a utopia e o mercado**. Tese (Doutorado) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2014.
- GAZETA DO POVO. **Uma longa jornada rumo ao conjunto Sambaqui**. Curitiba, 2007. Disponível em: <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/uma-longa-jornada-rumo-ao-conjunto-sambaqui-agm4hkn2ubk6vs0n8g5g1oy1>^a. Acesso em: 20 de novembro de 2016

JESSOP, B. O Estado, o Poder, o Socialismo de Poulantzas como um clássico moderno. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v.17, n.33, p.131-144, jun.2009

GROSSI, Paolo. História da propriedade e outros ensaios. Tradução de: Luiz Ernani Fritoli e Ricardo Marcelo Fonseca. Revisão Técnica de: Ricardo Marcelo Fonseca. - Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

HARVEY, D. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: **Revista espaço e debates**. n. 6, 1982

LAVALLE, A. G; CASTELLO, G. L.; BICHIR, R. M. **Quando novos atores saem de cena**. Continuidades e mudanças na centralidade dos movimentos sociais. *Revista Política & Sociedade*. v. 3, n. 5 (2004) p. 37 – 55

MARX, K. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I. Rio de Janeiro, 2004

_____. **Manuscritos Econômicos e Filosóficos**. São Paulo: Abril Cultural, 1978

MOURA, R; KORNIN, T. (Des) construindo o discurso eleitoral: o primeiro turno das eleições majoritárias em Curitiba em 2000. *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 16, p. 67 – 96, 2001

MOVIMENTO NACIONAL DE LUTA POR MORADIA. **Blog**. Disponível em: <http://mnlmrj.blogspot.com.br/>

OLIVEIRA, F. L. de; BIASOTTO, R. O acesso à Terra Urbanizada no Planos Diretores Brasileiros. In: SANTOS JR, R. A; MONTADON, D. T. (Org.). **Os Planos diretores Municipais Pós- Estatuto da Cidade**: balanço crítico e perspectivas. Rio de Janeiro: Letra Capital: Observatório das Cidades: IPPUR/UFRJ, 2011

ORLANDI, E. **Análise do discurso**: princípios e procedimentos. Campinas: Pontes, 2003.

PAZ, R. O. da. **Fundo Nacional de Moradia Popular**: marco histórico de participação da União dos Movimentos de Moradia de São Paulo. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1996

PÊCHEUX, M. Papel da Memória. In: ACHARD, P. et. al. **Papel da Memória**. Campinas: Pontes, 1999

PIOVEZAN, A. M. W; FORLIN, C. M.; MOHR, D.; MARTINEZ, S. L.; FRANCO, F. **A análise do discurso e questões sobre a linguagem**. *Revista X* – v. 2 – Curitiba, 2006.

POLLI, S. A.; GUSSO, R. J. Movimentos de moradia em Curitiba: história, repertórios e desafios (1977-2011). **Anais dos Encontros Nacionais da Anpur**, vol.15, 2013.

POULANTZAS, N. O Estado, o Poder, O Socialismo. São Paulo: Paz e Terra, 2000

SADER, E. **Quando novos personagens entraram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1988.

SILVA, M. N. **A dinâmica de produção dos espaços informais de moradia e o processo de metropolização de Curitiba.** Tese (Doutorado) – Departamento de Geografia, Setor de Ciências da Terra. Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2012.

SILVEIRA, P. S. **O Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN) e a luta pela Reforma Urbana na Nova Santa Maria, em Santa Maria, RS.** Monografia (Graduação) – Universidade Federal de Santa Maria – Santa Maria, 2014

SINGER, P. **Dominação e desigualdade.** São Paulo: Paz e Terra. 1981.

SUL21. **Por reforma urbana, movimento ocupa prédios ociosos em Porto Alegre.** Porto Alegre, 03 de outubro de 2011.

UNIÃO POR MORADIA POPULAR. **Sobre a UMP.** Disponível em: <http://moradiapopularpr.com.br/sobre-a-ump/>

TRIBUNA PARANÁ. **Sem-Teto ocupam antigo prédio do Banestado.** Curitiba, 2003. Disponível em: <http://www.tribunapr.com.br/noticias/parana/sem-teto-ocupam-antigo-predio-do-banestado/>. Acesso em 20 de novembro de 2016.

ANEXOS

Roteiro de entrevista semiestruturada

Pesquisa

Função social da propriedade urbana na perspectiva dos movimentos social de luta por moradia

- 1) Em qual contexto surgiu o movimento? (Qual interpretação/ explicação da realidade.)
- 2) Quais era as principais motivações na criação do movimento?
- 3) Quais as principais motivações atuais?
- 4) Quais são as reivindicações feitas pelo movimento?
- 5) Quais as principais dificuldades ou barreiras para o atendimento dessas reivindicações?
- 6) Como o movimento atua (principais ações) para buscar o atendimento dessas reivindicações? (Se houver ocupação, quais critérios são usados para definir as áreas?)
- 7) Como a coletividade é mobilizada?
- 8) Quais as principais ideias que são acionadas na atuação do movimento?
- 9) A função social da propriedade é uma ideia acionada pelo movimento? Se sim, (i) como; (ii) em que contexto; (iii) com quais interlocutores, (iv) como é definida?